

Aula 00 - Equipe Legislação

*TRF 6ª Região (Técnico Judiciário - Área
Administrativa - Agente da Polícia
Judicial) Legislação - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:

**Equipe Legislação Específica
Estratégia Concursos, Ricardo
Torques**

11 de Dezembro de 2024

Índice

| | |
|---|----|
| 1) Juizados Especiais Federais | 3 |
| 2) Lei nº. 9.099/95 - JECRIM | 7 |
| 3) Questões Comentadas - Lei nº. 9.099/95 - Multibancas | 19 |
| 4) Lista de Questões - Lei nº. 9.099/95 - Multibancas | 57 |



JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS FEDERAIS (LEI Nº 10.259/01)

A Lei nº 9.099/1995 é aplicável à União, ao Distrito Federal e aos Estados, e trata de normas gerais sobre os juizados especiais. A Lei nº 10.259/2001, por outro lado, regulamenta o art. 98, §1º, da Constituição Federal, e trata apenas dos Juizados Especiais Federais e, portanto, é aplicável apenas à União.

Esta não é uma lei importante para sua prova, principalmente porque quase não menciona os Juizados Especiais Criminais. Acredito que seja improvável o surgimento de questões acerca desta lei, mas vamos estudá-la, ainda que de forma sucinta.

Vamos agora estudar os principais dispositivos dessa lei, especialmente o que ela traz de diferente em relação à lei geral.

Art. 2º *Compete ao **Juizado Especial Federal Criminal** processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às **infrações de menor potencial ofensivo**, respeitadas as regras de conexão e continência.*

Parágrafo único. *Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.*

Este dispositivo reproduz quase integralmente o teor do art. 60 da Lei n 9.099/1995. A competência dos **Juizados Especiais Federais Criminais** está relacionada ao julgamento das **infrações penais de menor potencial ofensivo** no âmbito da Justiça Federal.

Essas infrações são os **crimes cuja pena máxima cominada é de até 2 anos**, cumulada ou não com multa. Fiquem atentos, pois as contravenções penais, mesmo que envolvam bens, interesses e serviços da União, **não são** competência da Justiça Federal, logo também não são dos Juizados Especiais Federais Criminais.

Isso é tudo que a Lei nº 10.259/2001 traz a respeito dos Juizados Criminais. Os demais dispositivos dizem respeito apenas aos Juizados Especiais Federais Cíveis.

Art. 3º *Compete ao **Juizado Especial Federal Cível** processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de **sessenta salários mínimos**, bem como executar as suas sentenças.*

§ 1º *Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:*

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

O art. 3º determina que a competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis se estende a causas cujo valor seja de até 60 salários mínimos. Além disso, **onde houver Juizado Federal Cível instalado, sua competência será absoluta**, o que significa dizer que essas causas não poderão ser julgadas pelas Varas Federais. As exceções ao estabelecimento da competência dos Juizados Federais Cíveis são trazidas pelo §1º.

O inciso I exclui da competência dos Juizados Cíveis o mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, além das causas referidas no art. 109, II, III e XI da Constituição Federal. Vejamos quais são essas causas:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

[...]

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

[...]

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

Os demais incisos do art. 3º tratam de ações bastante específicas, que também deverão ser conhecidas pelas Varas Federais, e não pelos Juizados Cíveis.

Essas causas devem ser consideradas complexas em razão dos bens jurídicos envolvidos, mesmo quando seu valor não excede o limite de 60 salários mínimos. Por essa razão, o procedimento simplificado dos Juizados Especiais não deve ser a elas aplicado.

COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS

Processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de **sessenta salários mínimos**, bem como executar as suas sentenças.

EXCEÇÕES

Causas referidas no *art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal*: causas entre **Estado estrangeiro** ou **organismo internacional** e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País; causas fundadas em **tratado ou contrato da União com**



| | |
|--|---|
| | Estado estrangeiro ou organismo internacional; disputa sobre direitos indígenas. |
| | Ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos; |
| | Causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais; |
| | Pedidos de anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal; |
| | Causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares |

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como réis, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Esse dispositivo já foi cobrado em concursos anteriores, especialmente porque determina que a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais poderão ser réis nos processos.

Além disso, a Lei nº 10.259/2001 menciona expressamente as empresas de pequeno porte e microempresas, enquanto a Lei nº 9.099/1995 menciona os microempreendedores individuais.

Vale ressaltar que a Lei nº 10.259/2001 não faz qualquer restrição expressa quanto aos presos, os incapazes, a massa falida e o insolvente civil serem partes nos processos dos Juizados. Entretanto, a Doutrina entende que tal restrição deve ser aplicada analogicamente, haja vista ser esta uma das restrições previstas na Lei dos Juizados Estaduais.

Art. 10. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Este dispositivo tem a finalidade de alcançar o princípio do acesso à justiça, dispensando inclusive a assistência de advogado nas causas de menor complexidade. O art. 2º da Lei nº 9.099/1995 também dispensa a assistência de advogado em certas hipóteses.

Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.



O reexame necessário, também chamado de remessa obrigatória ou duplo grau de jurisdição obrigatório, consiste na obrigatoriedade de que a sentença seja reexaminada pelo Tribunal quando a Fazenda Pública for condenada.

Não se trata de um recurso, pois o ente público não precisa manifestar sua vontade para ter a decisão reanalisada. As situações em que a sentença deve ser remetida ao Tribunal são previstas pelo art. 496 do Novo Código de Processo Civil.



Nas causas julgadas pelos Juizados Especiais Federais não haverá **reexame necessário**.



JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (LEI Nº 9.099/95)

Os Juizados Especiais são os órgãos do Poder Judiciário responsáveis por promover a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. Sua criação foi prevista pela própria Constituição Federal, em seu art. 98, inciso I.

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

*I - **juizados especiais**, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e **infrações penais de menor potencial ofensivo**, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;*

A Lei nº 9.099/1995 criou os juizados especiais cíveis e criminais, além de tratar do funcionamento desses órgãos. **Infrações penais de menor potencial ofensivo** são as **contravenções penais** e aqueles crimes cuja pena máxima prevista não ultrapasse dois anos, cumulada ou não com multa.

Vamos agora analisar objetivamente as disposições da Lei nº 9.099/1995 acerca dos juizados especiais criminais, que são o assunto que realmente nos interessa.

*Art. 60. O **Juizado Especial Criminal**, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a **conciliação**, o **julgamento** e a **execução** das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.*

Boa parte do trabalho dos Juizados Especiais gira em torno das tentativas de **conciliação**. Este é um meio alternativo de solução de controvérsias, em que as partes têm a oportunidade de solucionar seu conflito com auxílio do conciliador.

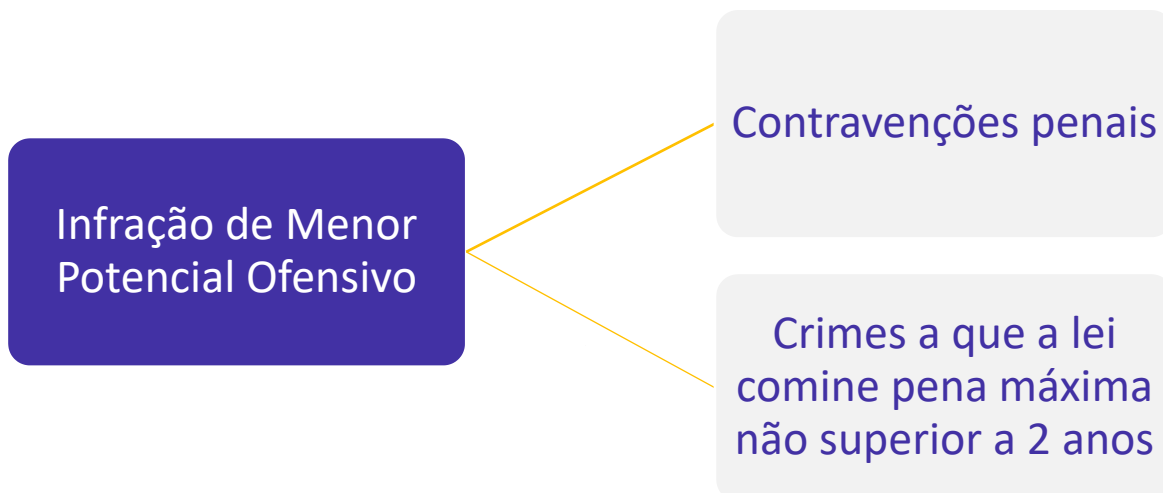
Os **conciliadores são auxiliares da Justiça**, com a função tentar aproximar as partes, inclusive sugerindo acordos. Eles devem ser recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

É possível também que o próprio Juiz atue como conciliador, havendo inclusive algumas leis processuais que o obrigam a propor, em determinados momentos, que as partes busquem um acordo.

O **juiz leigo** não é propriamente um magistrado, mas exerce funções de auxiliar da justiça. Um juiz leigo pode, por exemplo, dirigir audiências de conciliação, elaborar o processo instrutório e ainda redigir uma proposta de sentença. O poder decisório, no entanto, cabe somente ao magistrado (**juiz togado**).

A conexão e a continência são causas de prorrogação da competência, ou seja, quando elas ocorrem, a competência para julgar determinada ação é modificada. As ações que estejam ligadas por conexão ou continência devem, em regra, ser julgadas em conjunto.

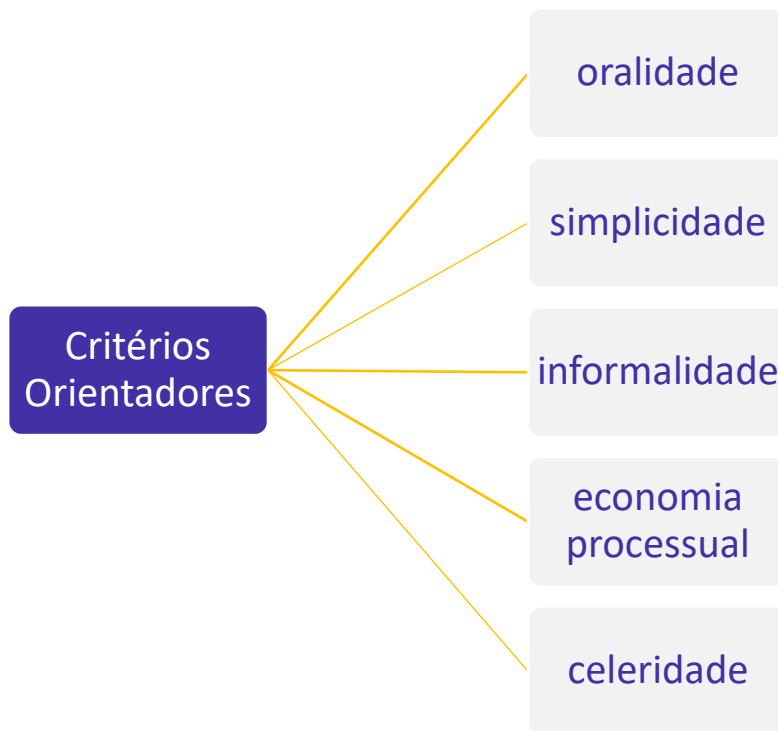
Art. 61. Consideram-se **infrações penais de menor potencial ofensivo**, para os efeitos desta Lei, **as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.**



Conforme o art. 41 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), aos crimes cometidos com **violência doméstica e familiar contra a mulher**, independentemente da pena prevista, **não se aplica a Lei nº 9.099/1995.**

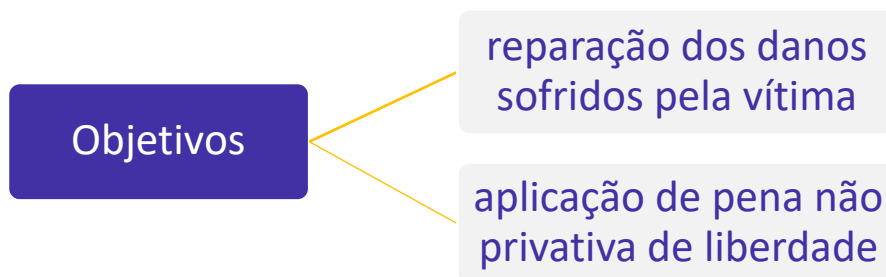
Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da **oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade**, objetivando, sempre que possível, a **reparação dos danos** sofridos pela vítima e a aplicação de **pena não privativa de liberdade.**





A **oralidade** se manifesta nos Juizados Especiais Criminais pela determinação trazida pela própria Lei nº 9.099/1995 de que apenas os atos essenciais precisam ser objeto de registro escrito, enquanto os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados.

A aplicação da informalidade se dá porque no rito dos Juizados é possível considerar válidos todos os atos que atingirem suas **finalidades**.



Vejamos o que diz o art. 65 da Lei.

*Art. 65. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as **finalidades** para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 62 desta Lei.*

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.



O §2º do art. 65 é um bom exemplo de aplicação do critério da **simplicidade**. Veja bem, no âmbito dos juizados especiais não é necessário que sejam enviadas as famosas cartas precatórias quando for necessário realizar diligências em outras localidades.

Normalmente, se for necessário praticar qualquer ato numa área além da competência do Juiz, é necessário que este envie um documento (carta precatória) ao Juiz competente na localidade, para que este pratique o ato: ouvir uma testemunha, citar o acusado, etc. No caso dos juizados especiais, esse pedido pode ser feito por telefone ou e-mail!

Art. 66. A **citação** será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

A **citação** é o ato por meio do qual uma pessoa é informada de que existe uma ação judicial contra ela. Nos juizados especiais, a citação também obedece o critério da **simplicidade**, pois ela deve ser realizada preferencialmente no próprio Juizado.

Se não for possível promover a citação no próprio Juizado, ela será realizada por meio de mandado, cumprido por oficial de justiça. No procedimento comum, a citação pode ocorrer de forma pessoal ou por meio de edital. Não vou entrar em detalhes, mas para sua prova é importante saber que no procedimento dos juizados especiais não há citação por edital.



Nos juizados especiais, **a citação é sempre pessoal**, devendo ser realizada preferencialmente no próprio Juizado. Quando isso não for possível, será realizada por meio de mandado. Não há previsão de citação por edital.

O art. 67 trata da intimação, que é a comunicação feita às partes do processo acerca dos atos praticados pelo Juiz. Por meio da intimação o Juiz também determina que as partes pratiquem atos ou tomem providências.

Art. 67. A **intimação** far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por **qualquer meio idôneo de comunicação**.

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

Você percebeu mais uma vez a **simplicidade** se manifestado na forma como são conduzidos os atos processuais?

O critério da **celeridade** está relacionado ao tempo que o processo leva para ser concluído. Uma das principais razões para a criação dos juizados especiais é o julgamento mais rápido das infrações penais mais simples.

A Lei nº 9.099/1995 confere ao Juiz, por exemplo, a prerrogativa de limitar a produção de provas, quando as considera excessivas, impertinentes ou protelatórias.

A **economia processual** está muito relacionada à simplicidade e à celeridade, e diz respeito à prática dos atos da forma mais abrangente possível, tirando-se o máximo proveito prático de cada um deles.

*Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará **termo circunstanciado** e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.*

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Perceba que no procedimento previsto para os juizados especiais não se fala em inquérito policial. Em vez de adotar o procedimento investigativo, a autoridade policial deve enviar para o juizado especial apenas o **termo circunstanciado de ocorrência** (TCO).

O TCO é um relato simples do fato ocorrido, contendo, além da descrição dos fatos, a identificação das pessoas envolvidas.

Perceba também que a autoridade policial deve tentar enviar o autor do fato e a vítima diretamente ao juizado especial. Caso não seja possível adotar esse procedimento no momento da ocorrência, o autor do fato deve assumir o compromisso de comparecer.



No procedimento dos juizados especiais não é necessário haver inquérito policial, mas somente a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência.

A Doutrina tem entendido que o TCO não precisa ser lavrado pela autoridade de polícia judiciária. Também é possível que o termo seja lavrado diretamente pela Polícia Militar ou pela Polícia Rodoviária Federal, por exemplo.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz

esclarecerá sobre a possibilidade da **composição dos danos** e da aceitação da proposta de aplicação imediata de **pena não privativa de liberdade**.

Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Nesta fase devem ser apresentadas às partes as propostas de conciliação, incluindo as possibilidades de **composição dos danos** e de cumprimento imediato de **pena não privativa de liberdade**.

Caso as partes cheguem a um acordo nessa fase conciliatória, será discutida a reparação dos danos por parte do autor do fato. Essa reparação tem natureza indenizatória civil. Essa composição de danos será feita por escrito e homologada pelo juiz, assumindo a eficácia de título executivo cível. Isso significa que se o autor do fato não pagar o prometido, a vítima poderá executá-lo no juízo cível competente.

Caso o crime ofendido seja de ação penal pública condicionada à representação, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência (atenção! Isso já foi cobrado em provas anteriores!)

Caso o crime cometido seja de ação penal privada ou de ação penal pública condicionada, a homologação do acordo importará em renúncia do direito de representação ou de apresentação da queixa.

Art. 74. A **composição dos danos civis** será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante **sentença irrecorrível**, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado **acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação**.

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de **representação verbal**, que será reduzida a termo.

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar **não implica decadência do direito**, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a **aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas**, a ser especificada na proposta.

Esta é a hipótese chamada de **transação penal**. Caso não haja conciliação, o **Ministério Público** pode oferecer uma espécie de acordo ao infrator, envolvendo o cumprimento de pena não privativa de liberdade ou de multa.



A **transação penal** é proposta ao infrator por iniciativa do **Ministério Público**, e não pelo Juiz.

Existem, porém, algumas situações em que a transação penal não pode ser oferecida. Esses casos estão previstos no §2º do art. 76.

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

Apesar de não haver previsão expressa nesse sentido, a Jurisprudência e a Doutrina majoritárias apontam para o entendimento de que, na Ação Penal Privada, cabe ao ofendido, que em regra é o titular do Direito de ação, a proposta ou não de Transação Penal, não podendo sua vontade ser substituída pelo Ministério Público ou mesmo pelo Juiz.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

*§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que **não importará em reincidência**, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.*

*§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a **apelação** referida no art. 82 desta Lei.*

*§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo **não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo**, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.*



- Súmula Vinculante nº 35:

A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei nº 9.099/1995 **não faz coisa julgada material** e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, **possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal** mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

- Súmula nº 536 do STJ:

A suspensão condicional do processo e a transação penal **não se aplicam** na hipótese de delitos sujeitos ao rito da **Lei Maria da Penha**.

*Art. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o **Ministério Público** oferecerá ao Juiz, de imediato, **denúncia oral**, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.*

Não havendo conciliação e nem transação penal, o **Ministério Público** oferecerá a **denúncia oral**. Perceba que essa é mais uma característica própria dos juizados especiais: o oferecimento de denúncia oral.



Não havendo conciliação e nem transação penal, o **Ministério Público** oferecerá a **denúncia oral**.

O Juiz verificará então se é necessário produzir **provas adicionais** mais complexas, a exemplo das perícias ou laudos técnicos. Se for este o caso, o Magistrado encaminhará os autos ao Juiz comum, para que produza a prova necessária da maneira mais adequada.

Oferecida a denúncia ou queixa, o acusado será informado acerca do dia e hora da audiência de instrução e julgamento, momento em que deverá haver nova tentativa de conciliação, sendo possível também que haja proposta de transação penal, desde que não tenha ocorrido a possibilidade do seu oferecimento na fase preliminar.

Atentem para o art. 80, que prevê condução coercitiva de quem deva comparecer, quando imprescindível. O STF decidiu pela inconstitucionalidade desse tipo de procedimento em junho de 2018 quando se trata do **investigado ou acusado**. Importante ressaltar que essa vedação à condução coercitiva **não inclui as testemunhas ou vítimas**.

Na audiência, deve ser ouvido inicialmente o advogado do réu, e só então o Juiz decidirá se aceita ou rejeita a denúncia ou queixa.

Caso a denúncia seja recebida, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida deve ser interrogado o acusado, passando-se imediatamente aos debates entre acusação e defesa e à prolação da sentença.

Perceba que tudo é feito em uma só ocasião, ou seja, na audiência de instrução e julgamento. É nesse momento que devem ser produzidas todas as provas.

ATENÇÃO! NOVIDADE LEGISLATIVA! Pessoal, agora vejamos o disposto no art. 81 da Lei nº 9.099/95, que ganhou o §1º- A, incisos I e II com a Lei nº 14.425/2021, também conhecida como **Lei Mariana Ferrer**:

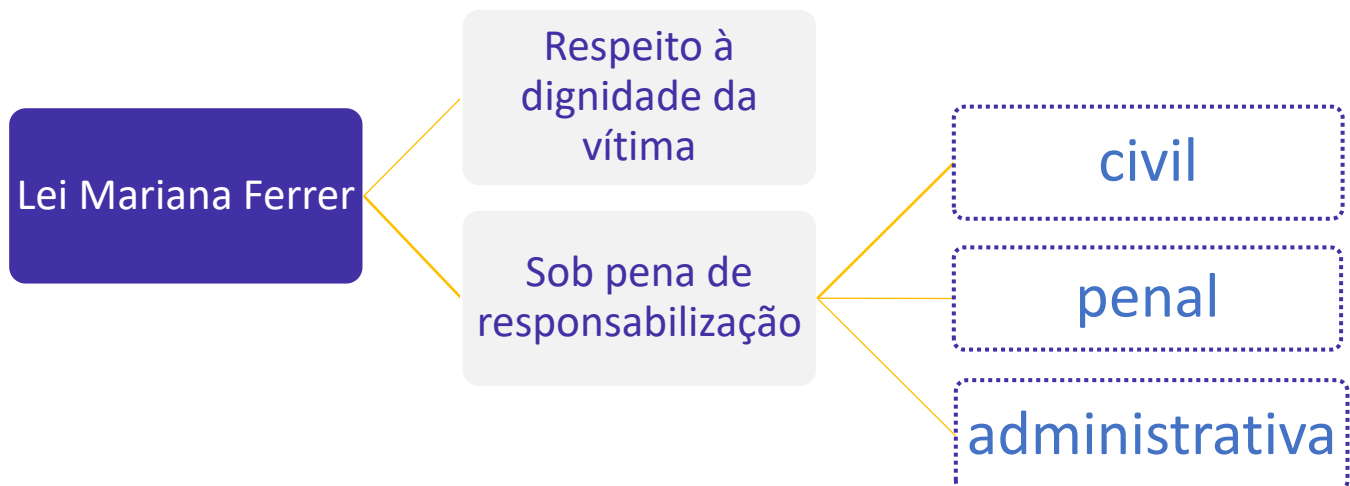
Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

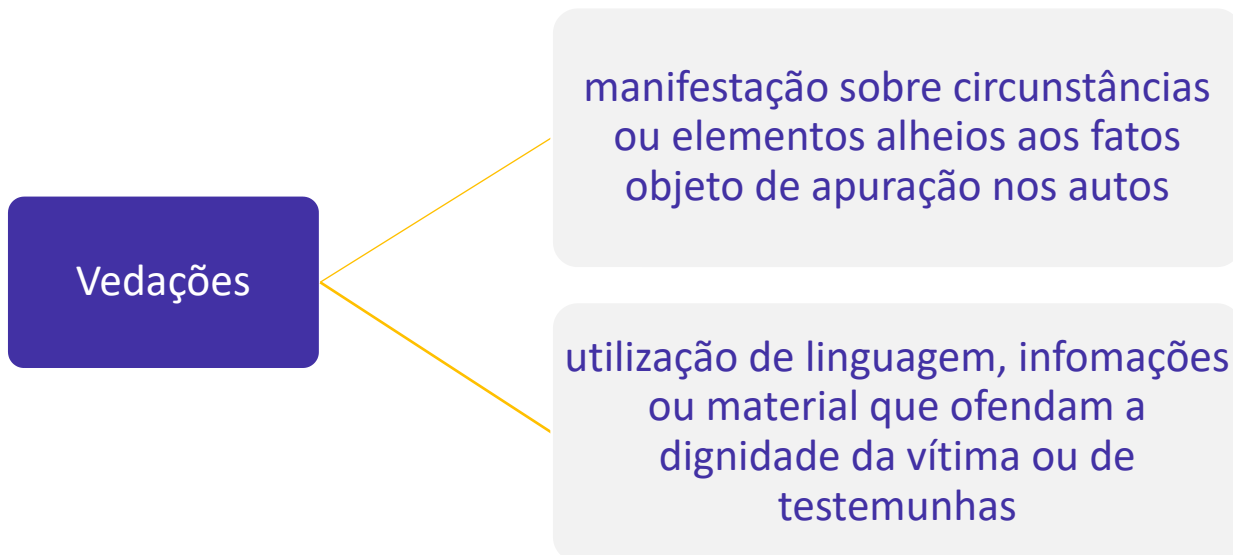
§ 1º Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 1º-A. Durante a audiência, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:

I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos;

II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.





Se o Juiz rejeitar a denúncia, dessa decisão caberá apelação, nos termos do art. 82.

*Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença **cabará apelação**, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.*

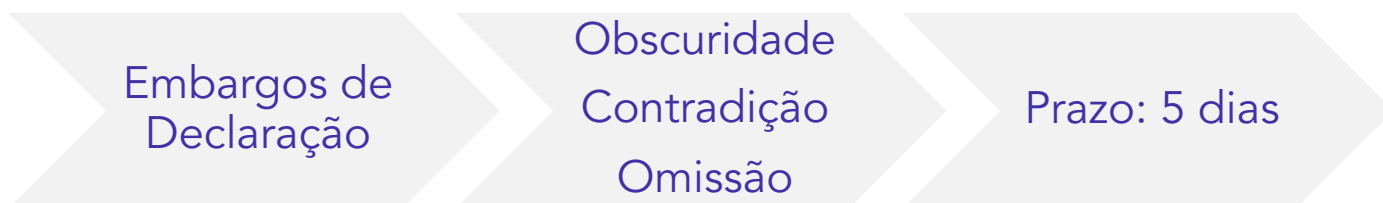
Amigos, vamos dar uma olhadinha no art. 83, que trata acerca dos Embargos de Declaração:

*Art. 83. Cabem **embargos de declaração** quando, em sentença ou acórdão, houver **obscuridade, contradição ou omissão**.*

*§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por **escrito ou oralmente**, no **prazo de cinco dias**, contados da ciência da decisão.*

*§ 2º Os embargos de declaração **interrompem** o prazo para a interposição de recurso.*

§ 3º Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.



*Art. 89. Nos crimes em que a **pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano**, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a **suspensão do processo**, por **dois a quatro anos**, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena*

A **suspensão condicional do processo**, assim como a transação penal, é proposta pelo Ministério Público. De forma bem simples, trata-se da imposição de certas condições ao acusado, que devem ser cumpridas no período de **2 a 4 anos**.

Nada impede que o acusado deixe de aceitar a proposta de suspensão condicional, optando pelo prosseguimento da ação penal.

Chamo sua atenção para o critério da pena. A suspensão condicional do processo só pode ser proposta para crimes cuja **pena mínima seja de no máximo 1 ano**. Estamos falando da pena mínima, e não da máxima!

A suspensão só pode ser aplicada se o acusado não estiver sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime. As condições que podem ser impostas pelo magistrado são mencionadas no §1º, e as causas de revogação da suspensão estão elencadas nos §§3º e 4º.

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de frequentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

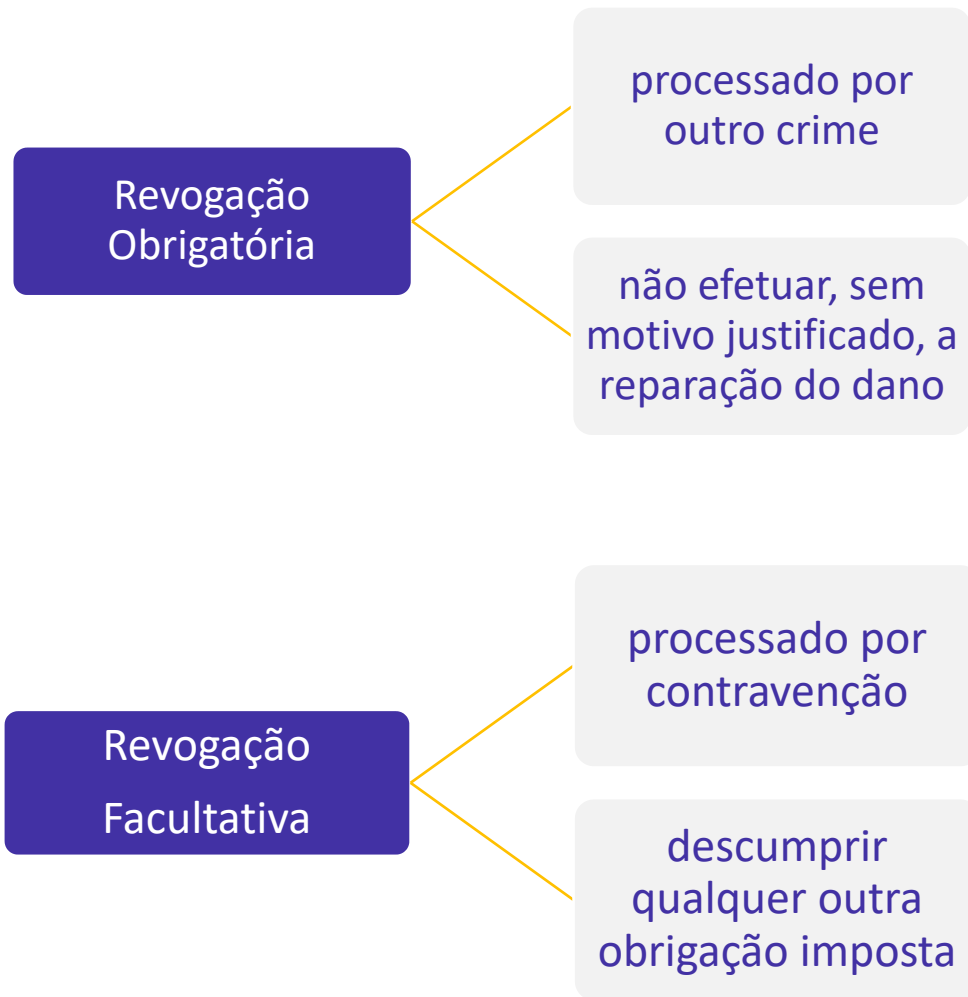
IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

[...]

*§ 3º A **suspensão será revogada** se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por **outro crime** ou não efetuar, sem motivo justificado, a **reparação do dano**.*

*§ 4º A **suspensão poderá ser revogada** se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por **contravenção**, ou descumprir qualquer outra condição imposta.*





QUESTÕES COMENTADAS

HORA DE PRATICAR!



- 1) CESPE / CEBRASPE - 2024 - Prefeitura de Camaçari - BA - Procurador do Município. Em se tratando dos crimes de competência dos juizados especiais criminais, a composição dos danos civis
- a) somente é cabível nas ações penais privadas.
 - b) resulta, em qualquer tipo de ação penal, na extinção da punibilidade.
 - c) é cabível apenas nas ações penais públicas condicionadas.
 - d) somente é cabível nas ações penais públicas incondicionadas.
 - e) é cabível em qualquer ação penal.

Comentários:

Não há na legislação especial determinação no sentido de que uma ação penal em específico não seja possível proceder a composição de danos cíveis.

Cumprir destacar também o seguinte:

- a) Ação penal privada: se homologado o acordo, a consequência é que acarrete a renúncia ao direito de queixa. Se o ofendido não receber a indenização, isso não devolve a ele o direito da ação penal, mas tão somente a possibilidade de executar o título executivo judicial
- b) Ação penal pública condicionada: se homologado o acordo, a consequência é que acarrete a renúncia ao direito de representação. Se o ofendido não receber a indenização, isso não devolve a ele o direito de representar, mas tão somente a possibilidade de executar o título executivo judicial;
- c) Ação penal pública incondicionada: a celebração do acordo não acarreta a extinção, mas tão somente servindo para a antecipar acerca do valor da indenização, podendo ser executada imediatamente pelo juízo civil. Se não recebida a indenização, poderá ocorrer ou a transação penal, ou o oferecimento da denúncia.

Gabarito: E



2) FGV - 2024 - MPE-GO - Promotor de Justiça Substituto. O Ministério Público ofereceu denúncia, no âmbito do Juizado Especial Criminal, em face de José, sob o fundamento de que o último praticou infração penal de menor potencial ofensivo em detrimento de Mário. O juízo, contudo, em decisão fundamentada, rejeitou a peça acusatória.

Irresignado com a decisão judicial, o Promotor de Justiça demonstra o interesse em recorrer do provimento jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o membro do Ministério Público deverá interpor um(a)

a) recurso inominado, no prazo de dez dias, por petição escrita ou oralmente, sem prejuízo do prazo subsequente de dois dias para apresentação das razões e do pedido do recorrente.

b) apelação, no prazo de cinco dias, por petição escrita ou oralmente, sem prejuízo do prazo subsequente de dois dias para apresentação das razões e do pedido do recorrente.

c) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

d) recurso inominado, no prazo de cinco dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

e) apelação, no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

Comentários:

Conforme art. 82, da decisão que rejeitar a denúncia ou queixa caberá APELAÇÃO, ao contrário do procedimento comum que se interpõe RESE (Recurso em Sentido Estrito). A apelação deverá ser interposta no prazo de dez dias, CONTADOS DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, e deverá ser feita em peça escrita, na qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

Gabarito: E

3) FGV - 2024 - PC-SC - Delegado. Sidnei é investigado pela delegada de polícia pelo crime de falso testemunho (Art. 342 caput do Código Penal), com pena prevista de reclusão de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos e multa.

Fabiano é investigado pelo delegado de polícia pelo crime de fraude em contrato (Art. 337 – L do Código Penal), com pena prevista de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos e multa.

Ailton é investigado pela delegada de polícia pelo crime de lesão corporal de natureza grave (Art. 129 § 1º, III do Código Penal) com pena de reclusão, de 1 (um) ano a 5 (cinco) anos.

Nos termos preconizados pela Lei no 9.099/1995 e pelo Código de Processo Penal, presentes os demais requisitos legais, avalie se o Ministério Público poderá propor:

I. Acordo de não persecução penal para Sidnei, apenas.



- II. Suspensão condicional do processo para Ailton, apenas.
- III. Suspensão condicional do processo para Sidnei, Fabiano e Ailton.
- IV. Acordo de não persecução penal para Sidnei e Fabiano, apenas.

Está correto apenas o que se afirma em

Alternativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III.
- e) IV.

Comentários:

Sidinei praticou crime de maior potencial ofensivo, já que a pena máxima é maior que dois anos, e a pena mínima maior que um ano. Por isso, será possível apenas a o acordo de não persecução penal para ele, tendo em vista o crime ter pena máxima não superior a 4 anos e não ter sido praticado mediante violência ou grave ameaça

Fabiano praticou crime de maior potencial ofensivo, já que a pena máxima é superior a dois anos e a mínima superior a um ano. Não caberá ANPP pelo quantum da pena, principalmente.

Ailton apesar de ter praticado crime mediante violência e grave ameaça, a lesão corporal grave possui pena mínima de um ano, o que possibilita a ao MP propor o *sursis processual* ou suspensão condicional do processo.

Gabarito: A

4) FGV - Med Jud (TJ RJ)/TJ RJ/2024. Entre os princípios abaixo, assinale o que não está expressamente elencado na Lei nº 9.099/1995 no rol dos princípios informativos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

- a) Oralidade.
- b) Economia processual.
- c) Celeridade.
- d) Impulso Oficial.
- e) Simplicidade.

Comentários:



Conforme art. 2º e 62 da Lei nº 9.099/95, são princípios que orientam os Juizados Especiais:

- Celeridade
- Economia Processual
- Oralidade
- Simplicidade
- Informalidade

Gabarito: D

5) FGV - Med Jud (TJ RJ)/TJ RJ/2024. Os Juizados Especiais Criminais são importantes instrumentos para a administração da justiça, prestigiando a duração razoável do processo e a adoção de medidas, sempre que possível, para reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

A respeito do tema, é correto afirmar que

- a) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- b) os atos processuais serão públicos e praticados nos dias úteis, entre 6h (seis horas) e 23h (vinte e três horas).
- c) a composição dos danos civis impedirá a propositura da ação penal pelo Ministério Público, ainda que se trate de crime de ação pública incondicionada.
- d) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, processado na forma do Código de Processo Penal.
- e) o acordo de transação penal poderá ser celebrado ainda que o autor da infração tenha sido condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

Comentários:

- A) Certo. Conforme a literalidade do art. 61. Consiste, conforme a doutrina, infrações de médio potencial ofensivo aquelas cuja a pena mínima seja igual ou inferior a um ano
- B) Errado. Conforme art. 12, os atos processuais serão públicos, e poderão realizar-se em horário noturno, obedecendo as normas regulamentares de cada organização judiciária.
- C) Errado. A composição dos danos civis não impedirá a propositura da ação penal, quando o agente não pagar a indenização. O mesmo não ocorre no caso de ação penal privada ou pública condicionada à representação.



D) Errado. Conforme art. 82, caput, caberá recurso de APELAÇÃO

E) Errado. Não se aplica a transação penal quando o autor da infração penal já tenha sido condenado pela prática de crime e condenado à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva, conforme art. 76, §2º, I.

Gabarito: A

6) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023. No que se refere ao procedimento sumaríssimo, assinale a opção correta.

a) O acordo homologado entre as partes, no caso de ação penal condicionada, não acarreta renúncia ao direito de representação.

b) Adota-se o procedimento sumaríssimo nas infrações com pena privativa de liberdade máxima não superior a 4 anos, cumulada ou não com multa.

c) De regra, poderá o juiz, de ofício, propor transação penal.

d) É cabível a citação do réu por edital.

e) Na ação penal pública incondicionada, a composição de danos entre as partes não extingue a punibilidade.

Comentários:

A) Errado. No caso de ação penal privada e pública condicionada, a homologação da composição de danos cíveis constitui renúncia ao direito de queixa e representação, respectivamente.

B) Errado. Nas contravenções penais e crimes cuja pena máxima não seja superior a dois anos, cumulados ou não com multa.

C) Errado. Compete ao MP, nas ações penais públicas condicionadas e incondicionadas, e ao querelante nas ações penais privadas, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário

D) Errado. Não é cabível a citação por edital, devendo as peças serem encaminhadas para o juízo comum, conforme o art. 66, parágrafo único

E) Certo. Somente se extingue a punibilidade na ação penal privada e condicionada à representação

Gabarito: E



7) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AM)/MPE AM/2023. No que tange aos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- a) Se, apesar de presentes os requisitos legais, o Ministério Público não propuser transação penal e oferecer denúncia, o juiz deverá absolver sumariamente o autor da infração, por falta de justa causa.
- b) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- c) O não oferecimento da representação pela vítima após a audiência preliminar implicará decadência do direito.
- d) Os juizados especiais criminais não são dotados de competência relativa para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, razão pela qual não se permite que essas infrações sejam julgadas por outro juízo com *vis atractiva* para o crime de maior gravidade, pela conexão ou continência.
- e) A competência do juizado especial criminal será determinada pelo lugar onde ocorreu a infração penal ou pelo domicílio da vítima, conforme a natureza da ação penal.

Comentários:

- A) Errado. Caberá ao juiz aplicar, subsidiariamente, o art. 28 do CPP, no qual encaminha-se para que o Procurador-Geral de Justiça nomeie outro promotor para o oferecimento da transação penal, ou, se concordar com o órgão ministerial de primeira decisão, ratificar a sua recusa.
- B) Certo. Na palavras de Renato Brasileiro: *Nos casos de desclassificação ou de procedência parcial da pretensão punitiva, se nova a capitulação do fato delituoso disser respeito à infração penal com pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano, afigura-se plenamente possível o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo (Legislação Criminal Especial Comentada, Juspodvum, pág. 459)*. Da mesma forma, este é o entendimento do STJ, na súmula nº 337: *É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência da pretensão punitiva*.
- C) Errado. O não oferecimento da representação pela vítima após audiência preliminar NÃO implica a decadência do direito, já que pode ser exercida dentro do prazo de 6 meses contados do conhecimento da autoria.
- D) Errado. Conforme entendimento do STF na ADI 5.264, a competência dos Juizados Especiais Criminais não é absoluta e sim relativa, podendo o juízo comum, em alguns casos, julgar os crimes de menor potencial ofensivo. Segundo ainda o Supremo, a razão de ser do JECRIM se baseia nos aspectos de celeridade e transação penal, e não estão restritos ao direito material tutelado



E) Errado. Conforme art. 63, será o local onde foi praticada a infração penal, apenas. Muita atenção, pois Renato Brasileiro entende, ao contrário da Banca CEBRASPE, que a Lei nº 9.099/95 adotou a *teoria mista* para a competência do julgamento dos crimes de menor potencial ofensivo, tendo em vista a imprecisão do "praticar infração", já que se pode presumir tanto o lugar que praticou a ação como o lugar do resultado (Legislação Penal Comentada, Juspodivm, pág. 397)

Gabarito: B

8) FCC - TJ TRT18/TRT 18/Administrativa/Agente de Policia Judicial/2023. Para efeito da Lei nº 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a

- a) 2 anos, somente se não cumulada com multa.
- b) 3 anos, cumulada ou não com multa.
- c) 4 anos, cumulada ou não com multa.
- d) 4 anos, somente se não cumulada com multa.
- e) 2 anos, cumulada ou não com multa.

Comentários:

Considera-se crime de menor potencial ofensivo, além das contravenções penais, os crimes com pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

Gabarito: E

9) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE SC)/MPE SC/2023. Com base na legislação penal extravagante, julgue o item seguinte.

Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo por até quatro anos, se o acusado não for condenado por outro crime e estiverem presentes os demais requisitos da suspensão condicional da pena.

Certo

Errado



Comentários:

Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei nº 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena

Gabarito: Errado

10) VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023. Considerando a hipótese em que o agente foi beneficiado com a suspensão condicional do processo pelo prazo de dois anos, com condições. Uma vez decorrido o prazo, a defesa postula a extinção da punibilidade. Entretanto, o Ministério Público pede a vinda da folha de antecedentes, que noticia a prática de crime durante o período de suspensão.

Nesse caso, o juiz

- a) deve prorrogar o prazo da suspensão.
- b) pode revogar a suspensão do processo.
- c) deve declarar a extinção da punibilidade.
- d) deve impor novas condições ao acusado.

Comentários:

Cuidado com esta questão, pois, de fato, até por exclusão das alternativas, a consequência para o beneficiário da suspensão condicional do processo, quando no decorrer do período de prova se tem notícia de novo processo pela prática de crime, será a revogação do *sursi processual*. A dúvida que fica, no entanto, é se será causa de revogação facultativa ou obrigatória.

A letra de lei, no art. 89, §3º, diz que SERÁ revogado. Ou seja, dá ideia de obrigatoriedade e não de mera faculdade do magistrado. Entretanto, muito cuidado, pois inquérito aberto ou notícia apenas de crime, a depender da doutrina, pode ou não ser considerada causa de revogação obrigatória de crime. Como a questão fala de antecedentes criminais, e inquérito policial, desde 2012, não é considerado para fins de anotação nos antecedentes criminais, então podemos entender que apenas estamos falando de crime praticado e que tenha sido processado.

Sendo assim, o certo seria vir na alternativa DEVE revogar, e não PODE revogar!



Gabarito: B

11) FGV - Cabo (PM SP)/PM SP/2023. José foi flagrado pela autoridade policial cometendo crime de menor potencial ofensivo.

Nessa hipótese, nos termos da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que

- a) ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, se imporá prisão em flagrante.
- b) a soltura do preso em flagrante delito por crime de menor potencial ofensivo somente será possível mediante a prestação de fiança.
- c) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- d) em caso de violência doméstica, o juiz não poderá determinar, antes do trânsito em julgado da sentença, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Comentários:

A) Errado. NÃO se imporá em prisão em flagrante

B) Errado. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

C) Certo. Conforme a literalidade do art. 69, parágrafo único.

D) Errado. Conforme a parte *in fine* do art. 69, parágrafo único, em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Gabarito: C

12) FGV - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/2023. Acerca da disciplina legal dos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos.



- b) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de liberdade ou de direitos, a ser especificada na proposta.
- c) Feita a proposta de transação penal pelo defensor do acusado, esta será submetida ao membro do Ministério Público competente, a quem caberá homologá-la.
- d) Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência.
- e) A imposição da transação penal não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins de impedir novo benefício em cinco anos, mas terá efeitos civis imediatos.

Comentários:

- A) Errado. PENA MÁXIMA não superior a dois anos.
- B) Errado. Poderá propor aplicação imediata de PENA RESTRITIVA DE DIREITOS ou de MULTA.
- C) Compete ao Juiz apreciar e homologar o acordo de transação penal.
- D) Certo. Conforme a literalidade do art. 76, §4º
- E) Errado. Não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível, conforme art. 76, §6º

Gabarito: D

▪

13) CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023. Acerca dos crimes de resistência, desobediência e desacato, previstos no Código Penal, e dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item seguinte.

Os crimes de resistência, desobediência e desacato, em qualquer de suas modalidades, são infrações penais de menor potencial ofensivo.

Certo

Errado

Comentários:

Resistência: *modalidade simples* - detenção de dois meses a dois anos; *qualificada* - reclusão de um a três anos

Desobediência: *detenção de quinze dias a seis meses, e multa*

Desacato: *detenção de seis meses a dois anos, ou multa.*



Gabarito: Errado

14) CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023. Acerca dos crimes de resistência, desobediência e desacato, previstos no Código Penal, e dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item seguinte.

Caso um técnico administrativo incumbido de zelar pela segurança institucional do CNMP tome conhecimento da prática de infração penal de menor potencial ofensivo na sede desse órgão, ele deverá lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente ao juizado criminal, especificando o autor do fato e a vítima.

Certo

Errado

Comentários:

Existe uma discussão acirrada na doutrina, ainda que já consolidado na jurisprudência, quanto a competência para lavrar TCO.

O STF, em sede de ADI n. 5637, que a lavratura de termo circunstanciado não configura atividade investigativa, nem é atividade privativa da polícia judiciária., e que por isso, o âmbito da competência concorrente, Estados e Distrito Federal têm competência para definir as autoridades legitimadas para a lavratura do termo circunstanciado.

Já Renato Brasileiro vai mais além, afirmando que compete a todos os órgãos encarregados pela CRFB/88 da defesa da segurança pública a lavratura do TCO

Como Segurança Institucional do CNMP não compõe o rol de agentes da segurança pública, então não poderiam lavrar o Termo Circunstanciado

Gabarito: Errado

15) CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023. Acerca dos crimes de resistência, desobediência e desacato, previstos no Código Penal, e dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item seguinte.



Entre as medidas despenalizadoras previstas na Lei n.º 9.099/1995 para os crimes de menor potencial ofensivo, encontram-se a composição dos danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

Certo

Errado

Comentários:

Correto. São todas as medidas possíveis, sendo que a transação penal e a composição de danos cíveis são para contravenções penais e crimes com pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa (infração de menor potencial ofensivo), enquanto que o *sursis processual* é para crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a um anos (crime de médio potencial ofensivo)

Gabarito: Certo

16) FGV - AJ (TJ RN)/TJ RN/Judiciária/Direito/2023. Tício é denunciado pelo Ministério Público, pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo, no contexto da Lei n.º 9.099/1995. Recebida a denúncia, não se obtém êxito na citação do acusado, sendo certo que a resposta negativa do mandado é juntada aos autos do processo. O juiz titular do Juizado Especial Criminal verifica, ainda, a impossibilidade de o acusado ser encontrado para ser citado pessoalmente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei n.º 9.099/1995 e do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) o juiz determinará a citação por edital do acusado, dando prosseguimento ao processo. Caso o acusado não constitua advogado, o juiz nomeará a Defensoria Pública para exercer a defesa técnica;
- b) o juiz determinará a citação por edital do acusado, suspendendo o processo, sem que haja a suspensão do prazo prescricional, até que o acusado compareça ou constitua advogado;
- c) o juiz determinará a citação por edital do acusado, suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional até que o acusado compareça ou constitua advogado;
- d) as peças existentes serão encaminhadas ao juízo comum, no âmbito do qual o processo obedecerá ao procedimento comum ordinário;
- e) as peças existentes serão encaminhadas ao juízo comum, no âmbito do qual o processo obedecerá ao procedimento comum sumário.



Comentários:

Como não foi encontrado, as peças seguirão para o juízo comum, no qual será adotado procedimento sumário, conforme art. 66, parágrafo único

Gabarito: E

17) FGV - OJ (TJ RN)/TJ RN/Judiciária/Direito/2023. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Paulo, em razão da suposta prática de infração de menor potencial ofensivo, no contexto da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais). O juiz, após analisar os autos, rejeitou a denúncia. Ato contínuo, o Ministério Público demonstra contrariedade à decisão.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Ministério Público impugnará a decisão por meio de:

- a) embargos infringentes ou de nulidade;
- b) recurso em sentido estrito;
- c) recurso de apelação;
- d) recurso inominado;
- e) habeas corpus.

Comentários:

Caberá recurso de apelação, conforme art. 82, caput, da 9.099/95

Gabarito: C

18) VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023. Tício foi denunciado por crime cuja pena máxima não ultrapassa dois anos de reclusão. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O processo seguirá pelo rito sumário, com a resposta à acusação apresentada em audiência, oralmente, ocasião em que se inquirirão as testemunhas de defesa, no máximo 03 (três), apresentadas no dia e independente de intimação.
- b) O processo seguirá pelo rito do juizado especial criminal e, não sendo Tício localizado, para ser pessoalmente citado, haverá remessa ao Juízo Comum, para prosseguir sob o rito sumário.



- c) O processo seguirá pelo rito sumário e, após a resposta à acusação, apresentada por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, Tício será sumariamente absolvido se comprovar ter praticado o fato em estado de necessidade.
- d) O processo seguirá pelo rito ordinário e, uma vez citado, deverá apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até 08 (oito) testemunhas.
- e) O processo seguirá pelo rito sumário e, uma vez citado, deverá apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até 05 (cinco) testemunhas.

Comentários:

Se é crime de menor potencial ofensivo, então o rito é o sumaríssimo (juizado especial criminal), da Lei 9.099/95. Neste caso, ele deverá ser citado pessoalmente, sempre que possível conforme art. 66, e, caso de não ser localizado, os autos serão encaminhados para o juízo comum, no qual seguirá o rito sumário, conforme art. 66, parágrafo único.

Gabarito: B

19) CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Provimento/2023. Com base na Lei n.º 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), assinale a opção correta.

- a) Caso a suspensão do processo seja proposta pelo Ministério Público e seja aceita pelo autor, correrá a prescrição durante o prazo da referida suspensão.
- b) Em caso de flagrante delito, após a lavratura do termo circunstanciado, é cabível a prisão do autor da conduta delitiva, sendo admissível o pagamento de fiança.
- c) Se o suspeito estiver em lugar incerto ou desconhecido para que seja citado, será inviável a aplicação do rito especial previsto na Lei dos Juizados Especiais.
- d) Caso não seja alcançada a composição dos danos civis, o ofendido deverá exercer o direito de representação verbal na audiência preliminar, sob pena de decadência do direito.
- e) Em caso de crime cuja pena mínima cominada seja inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo pelo tempo equivalente ao prazo prescricional do delito, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos autorizadores da suspensão condicional da pena.

Comentários:

A) Errado. Durante o prazo de suspensão do processo, não correrá a prescrição, conforme art. 89, §6º



- B) Errado. Se o autor se comprometer a comparecer ou for encaminhado ao juizado imediatamente, não se importará em prisão em flagrante
- C) Certo. Neste caso, conforme art. 66, parágrafo único, é encaminhado os autos para o juízo comum
- D) Errado. Não obtida a composição, será dado ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, o qual não irá decair, enquanto não passado os 6 meses desde o conhecimento da autoria do fato
- E) Errado. A suspensão é de dois a quatro anos

Gabarito: C

20) CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2023. O recurso cabível pela rejeição da queixa-crime no procedimento dos juizados especiais criminais é

- a) o recurso em sentido estrito dirigido ao tribunal de justiça.
- b) a apelação dirigida à turma de recursos, composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- c) o agravo de instrumento, dirigido ao tribunal de justiça.
- d) a apelação, dirigida ao tribunal de justiça.
- e) o recurso em sentido estrito, dirigido à turma de recursos, composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

Comentários:

Da decisão que rejeitar a denúncia, caberá recurso de apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição

Gabarito: B

21) CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2023. Assinale a opção correta no que se refere aos crimes ambientais de menor potencial ofensivo.

- a) Não cabe a utilização de qualquer benefício previsto na Lei n.º 9.099/1995, em razão da natureza difusa do crime ambiental.



- b) O período de prova da suspensão condicional do processo não pode ser prorrogado, em hipótese alguma.
- c) Para que haja proposta de transação penal (Lei n.º 9.099/1995, art. 76), há a necessidade de prévia composição do dano ambiental, exceto no caso de comprovada impossibilidade.
- d) Aos referidos crimes aplicam-se todos os benefícios da Lei n.º 9.099/1995, sem qualquer restrição ou modificação.
- e) É admitida a concessão da suspensão condicional do processo (Lei n.º 9.099/1995, art. 89), mas, para que haja extinção da punibilidade, é necessária a comprovação da reparação do dano ambiental, não sendo suficiente laudo de constatação que comprove ter o acusado tomado as providências necessárias.

Comentários:

- A) Errado. O art. 28 da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), dispõe que é possível a aplicação da suspensão condicional do processo, devendo no entanto obedecer às condições impostas nas duas legislações. Além disso, é possível também, conforme art. 27, a transação penal, desde que feita a composição dos danos ambientais.
- B) Errado. O período de prova poderá ser prorrogado duas vezes, o que resulta em dez anos no máximo, quando provado que o agente não realizou a devida reparação ao dano causado.
- C) Certo. A composição do dano ambiental nada mais é que a sua reparação, conforme art. 28, I, necessária, em regra, para que ocorra a declaração de extinção de punibilidade. Entretanto, se comprovar que não era possível a reparação. O STJ, em HC 30.459/SC definiu que será impossível a reparação quando o dano for incomensurável, atingindo proporções incalculáveis; ou quando o acusado insolvente não tiver condições de proceder à reparação do dano ambiental
- D) Errado. Há restrição de aplicação quando não feita a composição de dano ambiental, salvo na impossibilidade de fazê-lo
- E) Errado. O laudo de constatação é a prova de que foi feita a composição de dano ambiental, sendo ela necessária para a extinção da punibilidade

Gabarito: C

22) VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023. Na audiência preliminar do artigo 72 da Lei nº 9.099/95, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o juiz

- a) procederá à oitiva do ofendido e do acusado, nesta ordem; em seguida, determinará data para realização de audiência de instrução.



- b) esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- c) esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e, sendo esta infrutífera, abrirá vista dos autos para oferecimento de denúncia ou queixa, que sempre deve ser escrita.
- d) buscará a conciliação; sendo esta infrutífera, fixará os pontos controvertidos e decidirá sobre as provas a serem produzidas.
- e) dará a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa.

Comentários

A) Errado. Para lembrar para sempre de qualquer questão que envolve a ordem de acusação e defesa, lembre-se, A DEFESA É A ÚLTIMA A SER OUVIDA, já que se fosse a primeira, como seria possível de se defender dos fatos a ela imputados, desrespeitando assim o contraditório? Com isso, a ordem correta seria:

Fase preliminar → Oferecimento da denúncia → Defesa Preliminar (NÃO SE CONFUNDE COM RESPOSTA À ACUSAÇÃO QUE É DEPOIS DO RECEBIMENTO) → Recebimento da denúncia → Oitiva do ofendido e suas testemunhas → Oitiva das testemunhas de defesa → Inquirição do acusado → Debates orais e Sentença

Atenção, pois, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, não caberia resposta à acusação no JECRIM, pois violaria os preceitos da economia processual, informalidade e celeridade (Renato Brasileiro, Legislação Criminal Especial Comentada)

B) Certo. Antes do oferecimento da peça acusatória, na fase preliminar, há as tentativas de conciliação, estando presentes o MP, o autor do fato, a vítima, o juiz e, se possível, o responsável civil, sempre acompanhados por seus advogados. Nesta fase é que pode ocorrer a composição de danos cíveis e a transação penal. Existe, no entanto, na fase de instrução e julgamento, a possibilidade de outra conciliação, quando não tenha sido possível, anteriormente, a tentativa de conciliação.

C) Errado. A regra é que a denúncia seja ORAL, e não escrita. Entretanto, nada impede que ela possa ser feita por escrito.

D) Errado. Se infrutífera a conciliação, quanto à composição de danos cíveis, na fase preliminar, no caso de crime de representação, será dado o direito do ofendido de fazer a representação oral, que será reduzida à termo. Se ele faz a representação, passa-se ao MP para que possa oferecer a transação penal ou não, assim como seria na ação penal pública incondicionada, antes do oferecimento da denúncia. O mesmo ocorre com a ação penal privada, na qual o querelante, mesmo que não tenha ocorrido a composição de danos cíveis, poderá ainda oferecer acordo de transação penal.



Não ocorrendo nenhuma dessas hipóteses, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz irá receber ou não a ação penal, e prosseguirá com o rito sumaríssimo.

E) Errado. Na fase preliminar não há oferecimento da denúncia, mas tão somente a possibilidade de composição de danos cíveis ou transação penal.

Gabarito: B

23) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023. À luz da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta em relação aos juizados especiais criminais.

a) Nos juizados especiais criminais, a pronúncia de nulidade prescinde da existência de prejuízo.

b) O juizado especial criminal, provido exclusivamente por juízes togados, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

c) Nos termos da referida lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, cumulada ou não com multa, são considerados infrações penais de menor potencial ofensivo.

d) O processo perante o juizado especial será orientado pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando-se, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

e) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, deverão ser observados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

Comentários:

A) Errado. Conforme o art. 65, §1º, não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo. Isso também diz respeito aos dois princípios adotados no nosso Processo Penal como um todo: *princípio da instrumentalidade das formas* e *princípio do prejuízo*. No caso, os dois em conjunto, significam que para a declaração de nulidade deve-se distinguir quanto à gravidade das irregularidades, sendo certo que se o ato atingiu sua finalidade, e se não houve prejuízo para uma das partes, não será declarada nenhuma nulidade.

B) Errado. O Juizado Especial Criminal, provido por *juízes togados ou togados e leigos*, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

C) Errado. Não superior a 2 anos



D) Errado. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

E) Certo. Conforme a literalidade do art. 60, parágrafo único.

Gabarito: E

24) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca XYZ proferiu sentença condenatória em face de Tício. Logo após assinar a sentença e inseri-la nos sistemas informatizados do Tribunal, o magistrado verifica a ocorrência de erro material e de omissão no pronunciamento jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) o juiz não pode, de ofício, corrigir o erro material, em razão da inércia judicante;
- b) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso;
- c) a parte interessada poderá opor, por escrito, recurso inominado, no prazo de três dias, contados da ciência da decisão;
- d) a parte interessada poderá opor, por escrito, embargos de declaração, no prazo de três dias, contados da ciência da decisão;
- e) a parte interessada poderá opor, por escrito ou oralmente, embargos de declaração, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Comentários:

A) Errado. Conforme art. 83, §3º os erros materiais podem ser corrigidos de ofício

B) Errado. Interrompem o prazo

C) Errado. São os embargos de declaração, e são por 5 dias, contados da ciência da decisão.

D) Errado. São os embargos de declaração, e são por 5 dias, contados da ciência da decisão.

E) Certo. Conforme art. 83, §2º

Gabarito: E

25) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. Guilherme foi processado pela prática do crime de calúnia simples (pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa), por três vezes, em concurso material.



Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Guilherme:

- a) faz jus à suspensão condicional do processo, porquanto a pena mínima cominada ao delito, isoladamente, não ultrapassa o limite de um ano, não se computando os acréscimos decorrentes do concurso de crimes;
- b) faz jus à transação penal, porquanto a pena mínima cominada ao delito, isoladamente, não ultrapassa o limite de um ano, não se computando os acréscimos decorrentes do concurso de crimes;
- c) faz jus à transação penal e à suspensão condicional do processo, cuja escolha caberá ao Ministério Público, a partir de sua discricionariedade regrada;
- d) não faz jus à suspensão condicional do processo, porquanto, em razão do cúmulo material, a pena mínima ultrapassa o limite de um ano;
- e) não faz jus à transação penal, porquanto, em razão do cúmulo material, a pena mínima ultrapassa o limite de um ano.

Comentários:

A doutrina e a jurisprudência, especialmente do STJ, conforme RHC 46646/SP, “para fins de fixação de competência do Juizado Especial, será considerada a soma das penas máximas cominadas ao delito com a causa de aumento que lhe seja imputada igualmente em patamar máximo, resultado que, ultrapassado o patamar de 2 (dois) anos, afasta a competência do Juizado Especial Criminal”. Apesar de tratar acima da transação penal e composição dos danos civis, o mesmo entendimento deve-se fazer ao *sursi processual*.

Gabarito: D

26) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial Criminal, ofereceu denúncia oral em face de Tício, pela suposta prática do delito de lesão corporal leve, demonstrando a materialidade do crime por intermédio de boletim médico. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que a denúncia:

- a) poderá ser recebida pelo juízo, ante a observância das formalidades legais. Após o recebimento da denúncia, o juiz designará data para a audiência de instrução e julgamento;
- b) deverá ser rejeitada pelo juízo, podendo o Ministério Público, se entender pertinente, interpor o recurso em sentido estrito em face da decisão;



- c) deverá ser rejeitada pelo juízo, considerando a imprescindibilidade do exame do corpo de delito para atestar a materialidade delitiva;
- d) poderá ser recebida pelo juízo, após o oferecimento de resposta à acusação, em audiência, pela defesa técnica;
- e) deverá ser rejeitada pelo juízo, considerando a necessidade de a peça acusatória ser confeccionada por escrito.

Comentários:

- A) Errado. Somente é recebida após a apresentação de defesa preliminar
- B) Errado. Se rejeitada, após a defesa preliminar, o MP poderá interpor recurso de APELAÇÃO
- C) Errado. O exame de corpo de delito, tratando-se de ação penal elaborada com base no termo circunstanciado, será prescindível, ou seja, dispensável
- D) Certo. Apesar da falta de técnica do examinador, após oferecida a denúncia, caberá ao Juiz dar ao acusado sua DEFESA PRELIMINAR (e não resposta à acusação, já que essa é após o recebimento da denúncia), sendo que, após ela, poderá ou não receber a ação penal.
- E) Errado. A peça acusatória, em regra, é feita oralmente

Gabarito: D

27) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público ofereceu transação penal em benefício de Tício, suposto autor de fato delituoso. Consta, dos autos, que Tício, em outro processo, foi condenado pela prática de roubo, sem trânsito em julgado. Verifica-se, ainda, que Tício se beneficiou da transação penal há seis anos. Não há informações sobre a conduta social e a personalidade do agente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Ministério Público:

- a) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando que este responde pela prática de crime;
- b) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando a inexistência de informações sobre a sua personalidade e conduta social;
- c) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando que este já foi agraciado, anteriormente, pelo instituto despenalizador;
- d) poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício. Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada, apenas, para impedir o mesmo benefício no prazo legal;



e) poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício. Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, mas constará de certidão de antecedentes criminais à guisa de maus antecedentes.

Comentários:

São requisitos legais para que o autor do fato seja beneficiado com a transação penal: (a) infração de menor potencial ofensivo; (b) Não ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva (transitado em julgado); (c) - Não ter o agente sido beneficiado, anteriormente, no prazo de 5 anos, pela transação penal; e (d) - os antecedentes, conduta social, personalidade do agente, bem como os motivos e circunstâncias do delito sejam favoráveis ao agente. Presentes estes requisitos, poderá ocorrer a transação penal.

Como o acusado, no caso hipotético, não tinha condenação transitada em julgado, e o benefício anteriormente usufruído tinha mais de 5 anos, então a ele poderá ser aplicado a transação penal, que não importará em reincidência, sendo registrada, apenas, para impedir o mesmo benefício no prazo legal.

Gabarito: D

28) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. João, no interior do Município XYZ, verifica que seu desafeto se encontra metros à sua frente, já no Município ABC, considerando que os fatos ocorreram na divisa das municipalidades. João lança uma pedra na direção do seu inimigo, gerando nele lesões corporais de natureza leve.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, a competência para o processo e julgamento da infração penal será do Juizado Especial Criminal do:

- a) Município XYZ e do Município ABC, à luz da teoria da ubiquidade;
- b) Município ABC, à luz da teoria do resultado;
- c) Município XYZ, à luz da teoria da atividade;
- d) Município XYZ, à luz da teoria do resultado;
- e) Município ABC, à luz da teoria da atividade.

Comentários:



Pela Lei nº 9.099/95, será competente o Município XYZ, já que adotou-se a competência territorial pelo local da infração - *teoria da atividade*.

Gabarito: C

29) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. Após a observância do procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995, o acusado Petrônio foi condenado pela prática de infração penal de menor potencial ofensivo. Irresignada, a defesa técnica decide recorrer do pronunciamento jurisdicional. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, caberá a interposição de:

- a) recurso de apelação, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- b) recurso inominado, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- c) recurso de apelação, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- d) recurso de apelação, no prazo de dez dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- e) recurso inominado, no prazo de dez dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

Comentários:

Apesar do recurso ser o mesmo do CPP, visando recurso de condenação criminal do JECRIM, fica aplicado o trâmite do art. 82, caput, da Lei nº 9.099/95. Ou seja, prazo de dez dias, que será julgado por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado.

Gabarito: D

30) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca XYZ, em razão da elevada quantidade de procedimentos em andamento, designou audiência de instrução e julgamento para uma sexta-feira, às 21 horas e 30 minutos, valendo-se das normas de organização judiciária do Estado Alfa. O juiz, na audiência, determinou a gravação audiovisual, com o registro escrito, exclusivamente, dos atos havidos por essenciais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, o juiz atuou de forma:

- a) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a



gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;

b) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;

c) inadequada, considerando que é necessário o registro escrito de todos os atos ocorridos em audiência, sem prejuízo da gravação audiovisual concomitante. Por outro lado, os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária;

d) inadequada, considerando que os atos processuais devem ter início até as 18 horas. Por outro lado, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;

e) inadequada, considerando que os atos processuais devem ter início até as 18 horas. Ademais, é necessário o registro escrito de todos os atos ocorridos em audiência, sem prejuízo da gravação audiovisual concomitante.

Comentários:

Os atos processuais tanto poderão ser realizados no horário noturno, qualquer dia da semana - conforme dispuserem as normas de organização judiciária -, como também poderão ser gravados os atos na audiência de instrução e julgamento. Somente será por escrito os atos tidos como essenciais, conforme art. 64.

Gabarito: A

31) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, caso Tício não seja encontrado para ser citado, o juiz:

a) suspenderá o processo até que o acusado seja localizado, em razão da incompatibilidade da citação por edital com o procedimento do Juizado Especial Criminal;

b) extinguirá o processo sem resolução do mérito, em razão da incompatibilidade da citação por edital com o procedimento do Juizado Especial Criminal;



- c) determinará que o Ministério Público diligencie novos endereços, antes de determinar a citação por edital;
- d) encaminhará as peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei;
- e) determinará a citação por hora certa.

Comentários:

Conforme art. 66, parágrafo único, serão os atos encaminhados para o juízo comum, onde será adotado o procedimento previsto no CPP

Gabarito: D

32) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. Petrônio praticou infração penal de menor potencial ofensivo em detrimento de Joana, sendo certo que autor e vítima foram encaminhados à presença da autoridade policial.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) se Petrônio, após a lavratura do inquérito policial, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança;
- b) se Petrônio, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer no prazo de 24 horas, não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança;
- c) a autoridade policial lavrará inquérito policial e o encaminhará no prazo de 24 horas ao Juizado, com Petrônio e Joana;
- d) a autoridade policial lavrará inquérito policial e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com Petrônio e Joana;
- e) a autoridade policial lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com Petrônio e Joana.

Comentários:

Conforme art. 69, caput, serão o autor e vítima encaminhados, após a lavratura do TCO, imediatamente ao Juizado Criminal, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários. Se o autor do fato, conforme parágrafo único, for imediatamente encaminhado, ou assumir o compromisso de ao Juizado comparecer, não será imposta prisão em flagrante, e sequer será exigido fiança.



Gabarito: E

33) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. João é investigado pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo.

Ao tomar ciência dos fatos e, em se tratando de crime perseguível mediante ação penal pública incondicionada, o Ministério Público ofereceu denúncia, sem propor, previamente, a transação penal em benefício de João.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) o Ministério Público agiu corretamente ao não oferecer a transação penal, porquanto o referido instituto despenalizador é aplicável, apenas, na ação penal pública condicionada à representação do ofendido e na ação penal de iniciativa privada;
- b) o oferecimento de transação penal ao suposto autor do fato é faculdade do Ministério Público, motivo pelo qual não há qualquer nulidade no caso concreto;
- c) o oferecimento de transação penal pelo Ministério Público é direito subjetivo do suposto autor do fato, motivo pelo qual há nulidade no caso concreto;
- d) o juiz, na inércia do Ministério Público, poderá oferecer a transação penal em benefício do suposto autor do fato;
- e) a transação penal poderá ser proposta até o final da instrução processual.

Comentários:

- A) Errado. Se aplica tanto nas ações penais públicas como nas privadas
- B) Errado. Trata-se de poder-dever do *Parquet* e não direito subjetivo do autor do fato
- C) Errado. Não é direito subjetivo do autor do fato, mas sim poder-dever do *Parquet*
- D) Errado. Como não se trata de direito público subjetivo, o Juiz jamais poderá conceder de ofício a Transação Penal. Caso discorde da posição do Órgão Ministerial, deverá proceder ao rito do art. 28 do CPP, encaminhando ao PGJ que tome as providências legais.
- E) Certo. É possível, conforme Renato Brasileiro, no caso de emendatio libelli, quando há definição jurídica diversa, sem modificar a descrição do fato.

Gabarito: E



34) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. Jonas praticou o crime de lesão corporal leve em detrimento de Carlos. Na data designada, autor e vítima compareceram à sede do Juizado Especial Criminal, objetivando a realização de audiência preliminar e a composição civil dos danos. Registre-se que o crime de lesão corporal leve é perseguível mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) a composição dos danos civis será registrada em meio audiovisual e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente;
- b) não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo;
- c) não obtida a composição dos danos civis, o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica a decadência do direito;
- d) na presença das partes e de seus advogados, o conciliador esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos;
- e) a homologação do acordo acarreta a desistência do direito de representação.

Comentários:

- A) Errado. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente
- B) Certo. Conforme art. 75
- C) Errado. Não implica em decadência, a qual obedecerá o prazo legal do CPP
- D) Errado. O Juiz que esclarecerá sobre a possibilidade de composição de danos e da proposta de transação penal
- E) Errado. Acarreta em renúncia, e não desistência. Para doutrina, são termos diversos.

Gabarito: B

35) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público denunciou Jônatas pela suposta prática de infração de menor potencial ofensivo. Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre a audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar que, havendo o recebimento da denúncia:

- a) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa. Encerrada a audiência, o juiz concederá o prazo sucessivo de cinco dias para que as partes apresentem alegações finais, findo o qual haverá a prolação de sentença no prazo de dez dias;



- b) serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais. Encerrada a audiência, o juiz prolatará a sentença no prazo de dez dias;
- c) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais. Encerrada a audiência, o juiz prolatará a sentença no prazo de dez dias;
- d) serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença;
- e) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

Comentários:

Após recebida a denúncia pelo Juiz - sem levar em consideração as fases de audiência preliminar e defesa preliminar antes do recebimento - serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se subsequentemente o Jônatas, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

Gabarito: D

36) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. João praticou infração de menor potencial ofensivo em detrimento de Matheus. Após a observância de todas as formalidades legais, houve a composição civil de danos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre despesas processuais, é correto afirmar que:

- a) não haverá despesas processuais, por se tratar de relação processual sujeita ao Juizado Especial Criminal;
- b) as despesas processuais serão reduzidas em até 50%, conforme dispuser lei estadual;
- c) as despesas processuais serão rateadas proporcionalmente por João e Matheus;
- d) não haverá despesas processuais, em razão da composição civil de danos;
- e) as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual.

Comentários:



Conforme art. 87, serão reduzidas as despesas processuais conforme dispuser lei estadual.

Gabarito: E

37) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público ofereceu ao acusado Tício a suspensão condicional do processo. O juiz, após receber a denúncia, suspendeu o processo e submeteu o acusado a período de prova, sob determinadas condições.

Nesse cenário, é correto afirmar que o juiz pode submeter Tício, durante o período de prova, à seguinte condição, expressamente prevista na Lei nº 9.099/1995:

- a) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, bimestralmente, para informar e justificar suas atividades;
- b) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz, por prazo superior a quinze dias;
- c) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;
- d) proibição de frequentar bares e casas de festa;
- e) monitoração eletrônica.

Comentários:

De acordo com a doutrina e jurisprudência, são condições impostas: (a) - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo; (b) - proibição de frequentar determinados lugares; (c) - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz; (d) - comparecimentos pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades; (e) - não instauração de outro processo em virtude da prática de crime ou de contravenção penal; e (f) - outras condições desde que adequadas ao fato e à situação do acusado.

Gabarito: C

38) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. João, reincidente, é investigado pela suposta prática de infração penal, cujo preceito secundário prevê a pena de detenção, de seis meses a dois anos e multa. No caso concreto incide, ainda, uma causa de aumento de pena, que dá azo à majoração das sanções de um sexto a um terço.



Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, a competência para o processo e julgamento do feito:

- a) é do Juizado Especial Criminal, considerando que os crimes punidos com detenção são caracterizados como infrações penais de menor potencial ofensivo, mesmo que a pena máxima seja superior a dois anos;
- b) não é do Juizado Especial Criminal, considerando que, em razão da incidência da causa de aumento de pena, não se está diante de infração penal de menor potencial ofensivo;
- c) não é do Juizado Especial Criminal, considerando que, em razão da incidência da pena de multa cumulativa, não se está diante de infração penal de menor potencial ofensivo;
- d) é do Juizado Especial Criminal, considerando que o preceito secundário da infração penal prevê uma pena máxima não superior a dois anos, cumulada com multa;
- e) não é do Juizado Especial Criminal, em razão da reincidência de João.

Comentários:

Não será considerado competência do JECRIM, já que a ele compete apenas o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, sendo certo que a causa de aumento de terço, em seu patamar mínimo, afasta o limite máximo de 2 anos previsto no art. 61.

Gabarito: B

39) CEBRASPE (CESPE) - Of (PM SC)/PM SC/2023. Com base na Lei dos Juizados Especiais Criminais - Lei n.º 9.099/1995 -, assinale a opção que corresponde ao recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia ou a queixa.

- a) apelação
- b) recurso em sentido estrito
- c) embargos de declaração
- d) mandado de segurança
- e) agravo

Comentários:

Da decisão que rejeita a denúncia ou queixa caberá Apelação

Gabarito: A



40) FGV - JS (TJ ES)/TJ ES/2023. Relativamente aos institutos consensuais da transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) poderá o Ministério Público oferecer transação penal para as infrações penais praticadas sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja igual a quatro anos;
- b) poderá o juiz oferecer de ofício a suspensão condicional do processo ao acusado, se não o fizer o Ministério Público de maneira fundamentada;
- c) poderá o juiz oferecer de ofício a transação penal ao autor do fato, se não o fizer o Ministério Público de maneira fundamentada;
- d) poderá o Ministério Público utilizar como justificativa para o não oferecimento de suspensão condicional do processo o descumprimento do acordo de não persecução penal;
- e) poderá o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal, em favor do agressor, nos crimes praticados com violência contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

Comentários:

- A) Errado. A transação penal exige pena máxima não superior a dois anos, nos crimes
- B) Errado. Não existe direito público subjetivo, sendo certo que depende sempre de proposta pelo *Parquet*. Se este não o fizer, o juiz deverá remeter ao PGJ, nos moldes do art. 28 do CPP
- C) Errado. Não existe direito público subjetivo, sendo certo que depende sempre de proposta pelo *Parquet*. Se este não o fizer, o juiz deverá remeter ao PGJ, nos moldes do art. 28 do CPP
- D) Certo. Conforme art. 28, §11, poderá o MP se utilizar do descumprimento do *sursis processual* para não oferecimento do ANPP.
- E) Errado. É vedada aplicação do ANPP nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.

Gabarito: D

41) VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2023. É de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.099/95, a seguinte hipotética infração penal:

- a) crime doloso, com pena de 1 ano a 2 anos e multa.
- b) crime culposo, com pena de 2 anos a 4 anos.
- c) crime culposo, com pena de 1 ano a 3 anos e multa.
- d) crime doloso, com pena de 1 ano a 3 anos.



e) crime doloso, com pena de 6 meses a 3 anos e multa.

Comentários:

Infração de menor potencial ofensivo são as contravenções penais, e os crimes com pena máxima não seja superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

Gabarito: A

42) VUNESP - CFO/QC (EsFCEEx)/EsFCEEx/Direito/2023. No que concerne à aplicabilidade da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências aos crimes militares, é correto afirmar que:

- a) todas as disposições dessa Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar.
- b) consideram-se crimes militares de menor potencial ofensivo todos aqueles a que lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos.
- c) em razão dessa Lei, atualmente, existem contravenções penais militares de menor potencial ofensivo.
- d) consideram-se crimes militares de menor potencial ofensivo todos aqueles a que lei comine pena não privativa de liberdade.
- e) o crime militar de lesão corporal é de ação penal pública condicionada, exigindo-se representação.

Comentários:

- A) Certo. Conforme a literalidade do art. 90-A da 9.099/95
- B) Errado. Não existe crime militar de menor potencial ofensivo por vedação legal
- C) Errado. Não existe contravenção penal militar, por força do art. 9º do CPM
- D) Errado. Errado. Não existe crime militar de menor potencial ofensivo por vedação legal
- E) Errado. Não existe na Justiça Militar ação penal condicionada à representação, nem ação penal privada.

Gabarito: A



43) FGV - JE TJGO/TJ GO/2023

Jaime figura como autor do fato do crime de lesão corporal leve praticado em face de Fernando, em feito que tramita junto ao Juizado Especial Criminal. Nessa hipótese, no tocante à fase preliminar e ao procedimento sumaríssimo no Juizado Especial Criminal, é correto afirmar que:

- a) o acordo de composição civil dos danos homologado não acarreta a renúncia ao direito de representação por parte de Fernando;
- b) o não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito por parte de Fernando, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei;
- c) o Ministério Público poderá propor a Jaime acordo de não persecução penal se este já não houver sido beneficiado nos últimos cinco anos;
- d) o juiz, recebendo a denúncia, poderá de ofício oferecer a suspensão condicional do processo a Jaime, se não o fizer o Ministério Público;
- e) a decisão de rejeição da denúncia desafiará o recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

Comentários:

- A) Errado. A homologação da composição acarreta a renúncia ao direito de representação, nas ações penais condicionadas, e a renúncia ao direito de queixa nas ações penais privadas
- B) Certo. Conforme a literalidade do art. 76, parágrafo único
- C) Errado. Não é possível o oferecimento de ANPP se o autor do fato já tiver sido beneficiado com transação penal ou *sursis processual* nos últimos 5 anos
- D) Errado. Como não se trata de direito público subjetivo, o Juiz jamais poderá conceder de ofício a Transação Penal. Caso discorde da posição do Órgão Ministerial, deverá proceder ao rito do art. 28 do CPP, encaminhando ao PGJ que tome as providências legais.
- E) Errado. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado

Gabarito: B

44) STJ – Analista Judiciário – 2012 – Cespe.

Podem ser autores nos juizados especiais federais pessoas físicas capazes, assim como pessoas jurídicas devidamente qualificadas, microempresas e empresas de pequeno porte.



Comentários

Acredito que a intenção da banca tenha sido fazer menção ao art. 6º da Lei nº 10.259/2001, mas este não permite que seja parte no processo qualquer pessoa jurídica qualificada, mas apenas as microempresas e empresas de pequeno porte. Entretanto, a redação da questão não mencionou a lei, e por isso a resposta poderia ser buscada também na Lei nº 9.099/1995. Apesar de a questão ter sido anulada pela banca, é importante que você lembre o teor do art. 6º.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

*I – como autores, as **peessoas físicas** e as **microempresas e empresas de pequeno porte**, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;*

*II – como réus, a **União, autarquias, fundações e empresaspúblicas** federais.*

GABARITO: ANULADA

45) TJ-PE – Juiz de Direito – 2013 – FCC.

No tocante à transação penal, INCORRETO afirmar que

- a) incabível a proposta no caso de ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, ainda que não definitiva a sentença.
- b) a imposição da sanção não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo registro para impedir nova concessão do benefício no prazo de cinco anos.
- c) incabível a proposta no caso de o agente ter sido beneficiado anteriormente nos mesmos moldes, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva.
- d) a imposição da sanção não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.
- e) a aplicação de pena restritiva de direitos não importará em reincidência.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra A, pois o art. 76, § 2º, da Lei 9.099/95 proíbe a proposta se o autor da infração tiver sido condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva. A alternativa fala de infração e de sentença não definitiva.

GABARITO: A

46) TJ-RN – Titular de Serviços de Notas e de Registros – 2012 – IESES (adaptada).

A competência do juizado especial criminal é absoluta, não comportando exceções.

Comentários

De forma alguma. O art. 60 prevê exceções à competência dos juizados especiais criminais nos casos de conexão e continência.



GABARITO: ERRADO

47) TJ-RN – Titular de Serviços de Notas e de Registros – 2012 – IESES (adaptada).

Aplicar-se-á o procedimento sumaríssimo para as infrações penais de menor potencial ofensivo tipificadas na Lei 9.099/95.

Comentários

O erro da assertiva está em afirmar que a Lei nº 9.099/1995 tipifica infrações penais, mas isso não é verdade.

GABARITO: ERRADO

48) TJ-PA - Titular de Serviços de Notas e de Registros -Provimento – 2016 – IESES.

Levando em conta as disposições da lei 9.099/95, no que diz respeito aos juizados especiais criminais, é correto afirmar:

a) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão, e quando opostos contra sentença, interromperão o prazo para o recurso.

b) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

c) A suspensão condicional do processo será revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

d) A competência do juizado será determinada pelo lugar do resultado da infração penal.

Comentários

A alternativa A está incorreta porque diz que os embargos de declaração interrompem o prazo para recurso quando opostos contra sentença, mas esta era a regra anterior. Hoje a interrupção ocorre em qualquer caso. A alternativa C está incorreta porque a revogação da suspensão condicional do processo ocorrerá se o beneficiário vier a ser processado por crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano, nos termos do art. 89, §3o. A alternativa D está incorreta porque a competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal, de acordo com o art. 63.

GABARITO: B

49) MPE-SP - Oficial de Promotoria I – 2016 – VUNESP.

Pela regra do art. 61 da Lei no 9.099/95, assinale a alternativa que traz pena que corresponde à infração penal de menor potencial ofensivo.



- a) Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa
- b) Reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.
- c) Detenção de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos.
- d) Detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos.
- e) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Comentários

Segundo o art. 61, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

GABARITO: A

50) PC-PE - Delegado de Polícia – 2016 – Cespe.

Godofredo tem a obrigação legal de cuidar de determinado idoso, mas o abandonou em um hospital — conduta prevista no art. 98, do Estatuto do Idoso, com pena de detenção de seis meses a três anos e multa. Paulo negou trabalho a um idoso, com a justificativa de que o pretendente ao emprego encontrava-se em idade avançada — conduta enquadrada no art. 100, II, do Estatuto do Idoso, com pena de reclusão de seis meses a um ano e multa.

Nessas situações, as medidas despenalizadoras, previstas na Lei n.º 9.099/1995 (lei dos Juizados Especiais),

- a) poderão beneficiar ambos os acusados, desde que haja anuência das vítimas.
- b) poderão beneficiar Paulo, com a transação penal, ao passo que Godofredo, com a suspensão condicional do processo.
- c) não poderão beneficiar Godofredo nem Paulo.
- d) poderão beneficiar apenas Godofredo.
- e) poderão beneficiar apenas Paulo.

Comentários

A questão menciona o Estatuto do Idoso, mas na verdade ela trata da Lei dos Juizados Especiais. Pois bem, em primeiro lugar é importante saber que o art. 94 do Estatuto do Idoso assegura a aplicação dos institutos previstos na Lei dos Juizados Especiais nos casos de crimes cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 anos. Mas naqueles crimes com penas máximas superiores a 2 anos, aplica-se apenas o rito sumaríssimo, ou seja, o procedimento mais célere. Na hipótese trazida pela questão temos um crime punido com detenção de seis meses a três anos, e outro punido com reclusão de seis meses a um ano. Em ambos os casos poderiam ser aplicadas a suspensão condicional do processo (art. 89), mas a transação penal (art. 76) apenas para Paulo, pois sua pena máxima não excede dois anos. Considerando que a transação penal é bem mais benéfica que a suspensão condicional do processo, para Paulo será proposta a transação penal, ao passo que Godofredo terá apenas a possibilidade de suspensão condicional do processo.



GABARITO: B

51) PRF – Agente – 2013 – Cespe.

Os atos processuais dos juizados especiais criminais poderão ser realizados nos finais de semana, à exceção dos domingos e feriados.

Comentários

A regra da Lei nº 9.099/1995 é a seguinte: os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

GABARITO: ERRADO

52) TJ-AC – Técnico Judiciário – 2012 – Cespe.

Em caso de suspensão condicional do processo, ao juiz é autorizado impor condições a que a suspensão ficará subordinada, inclusive medidas cautelares previstas no CPP, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

Comentários

O juiz pode impor outras condições além daquelas que constam no art. 89 da Lei nº 9.099/1995, mas não medidas cautelares. Não faria sentido decretar uma prisão preventiva, por exemplo, num caso como esse, não é mesmo?

GABARITO: ERRADO

53) PC-GO – Agente de Polícia – 2016 – Cespe.

Uma pessoa denunciada por crime para o qual a pena mínima é igual a um ano recebeu e aceitou uma proposta do MP prevista na Lei n.º 9.099/1995. Nesse caso, a proposta em questão caracteriza-se como uma

- a) suspensão condicional da pena, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser condenada definitivamente por outro crime.
- b) transação penal, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- c) transação penal, caso o crime cometido seja de menor potencial ofensivo.
- d) suspensão condicional da pena, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- e) suspensão condicional do processo, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser processada por contravenção penal no curso do prazo.

Comentários



Falando de crime com pena mínima cominada inferior a 1 ano, estaremos diante da suspensão condicional do processo, que poderá, nos termos do art. 89, §4º, ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção.

GABARITO: E

54) PC-GO - Agente de Polícia – 2016 – Cespe.

De acordo com os termos da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, na situação em que um indivíduo tenha sido preso em flagrante por ter cometido furto simples — cuja pena prevista é de reclusão, de um a quatro anos, e multa —, o MP, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, estando presentes os demais requisitos que autorizem a suspensão condicional da pena, previstos em artigo do CP. Nesse caso,

- a) o MP poderá propor a suspensão do processo ainda que o réu tenha sido condenado por outro crime na semana anterior à do cometimento do furto.
- b) se o juiz deferir a suspensão do processo, o prazo da prescrição penal do crime correrá durante o curso do prazo da suspensão.
- c) se for deferida a suspensão do processo, a autoridade judiciária deverá declarar extinta a punibilidade depois de expirado o prazo, sem revogação da suspensão.
- d) se o juiz deferir a suspensão do processo, esta será mantida ainda que no seu curso o indivíduo venha a ser processado por contravenção penal.
- e) a decisão do juiz, pelo deferimento da suspensão do processo, independerá da aceitação do acusado.

Comentários

A alternativa A está incorreta porque a proposição da suspensão do processo depende de o acusado não estar sendo processado ou não ter sido condenado por outro crime (art. 89). A alternativa B está incorreta porque a prescrição não correrá durante o prazo de suspensão do processo (art. 89, §6º). A alternativa D está incorreta porque a suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta (art. 89, §4º). A alternativa E está incorreta porque o acusado pode não aceitar a proposta, caso em que o processo prosseguirá normalmente (art. 89, §7º).

GABARITO: C



LISTA DE QUESTÕES

1) CESPE / CEBRASPE - 2024 - Prefeitura de Camaçari - BA - Procurador do Município. Em se tratando dos crimes de competência dos juizados especiais criminais, a composição dos danos civis

- a) somente é cabível nas ações penais privadas.
- b) resulta, em qualquer tipo de ação penal, na extinção da punibilidade.
- c) é cabível apenas nas ações penais públicas condicionadas.
- d) somente é cabível nas ações penais públicas incondicionadas.
- e) é cabível em qualquer ação penal.

2) FGV - 2024 - MPE-GO - Promotor de Justiça Substituto. O Ministério Público ofereceu denúncia, no âmbito do Juizado Especial Criminal, em face de José, sob o fundamento de que o último praticou infração penal de menor potencial ofensivo em detrimento de Mário. O juízo, contudo, em decisão fundamentada, rejeitou a peça acusatória.

Irresignado com a decisão judicial, o Promotor de Justiça demonstra o interesse em recorrer do provimento jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o membro do Ministério Público deverá interpor um(a)

- a) recurso inominado, no prazo de dez dias, por petição escrita ou oralmente, sem prejuízo do prazo subsequente de dois dias para apresentação das razões e do pedido do recorrente.
- b) apelação, no prazo de cinco dias, por petição escrita ou oralmente, sem prejuízo do prazo subsequente de dois dias para apresentação das razões e do pedido do recorrente.
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- d) recurso inominado, no prazo de cinco dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- e) apelação, no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

3) FGV - 2024 - PC-SC - Delegado. Sidnei é investigado pela delegada de polícia pelo crime de falso testemunho (Art. 342 caput do Código Penal), com pena prevista de reclusão de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos e multa.

Fabiano é investigado pelo delegado de polícia pelo crime de fraude em contrato (Art. 337 – L do Código Penal), com pena prevista de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos e multa.

Ailton é investigado pela delegada de polícia pelo crime de lesão corporal de natureza grave (Art. 129 § 1º, III do Código Penal) com pena de reclusão, de 1 (um) ano a 5 (cinco) anos.



Nos termos preconizados pela Lei no 9.099/1995 e pelo Código de Processo Penal, presentes os demais requisitos legais, avalie se o Ministério Público poderá propor:

- I. Acordo de não persecução penal para Sidnei, apenas.
- II. Suspensão condicional do processo para Ailton, apenas.
- III. Suspensão condicional do processo para Sidnei, Fabiano e Ailton.
- IV. Acordo de não persecução penal para Sidnei e Fabiano, apenas.

Está correto apenas o que se afirma em

Alternativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III.
- e) IV.

4) FGV - Med Jud (TJ RJ)/TJ RJ/2024. Entre os princípios abaixo, assinale o que não está expressamente elencado na Lei nº 9.099/1995 no rol dos princípios informativos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

- a) Oralidade.
- b) Economia processual.
- c) Celeridade.
- d) Impulso Oficial.
- e) Simplicidade.

5) FGV - Med Jud (TJ RJ)/TJ RJ/2024. Os Juizados Especiais Criminais são importantes instrumentos para a administração da justiça, prestigiando a duração razoável do processo e a adoção de medidas, sempre que possível, para reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

A respeito do tema, é correto afirmar que

- a) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.



- b) os atos processuais serão públicos e praticados nos dias úteis, entre 6h (seis horas) e 23h (vinte e três horas).
- c) a composição dos danos civis impedirá a propositura da ação penal pelo Ministério Público, ainda que se trate de crime de ação pública incondicionada.
- d) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, processado na forma do Código de Processo Penal.
- e) o acordo de transação penal poderá ser celebrado ainda que o autor da infração tenha sido condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

6) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023. No que se refere ao procedimento sumaríssimo, assinale a opção correta.

- a) O acordo homologado entre as partes, no caso de ação penal condicionada, não acarreta renúncia ao direito de representação.
- b) Adota-se o procedimento sumaríssimo nas infrações com pena privativa de liberdade máxima não superior a 4 anos, cumulada ou não com multa.
- c) De regra, poderá o juiz, de ofício, propor transação penal.
- d) É cabível a citação do réu por edital.
- e) Na ação penal pública incondicionada, a composição de danos entre as partes não extingue a punibilidade.

7) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AM)/MPE AM/2023. No que tange aos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- a) Se, apesar de presentes os requisitos legais, o Ministério Público não propuser transação penal e oferecer denúncia, o juiz deverá absolver sumariamente o autor da infração, por falta de justa causa.
- b) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- c) O não oferecimento da representação pela vítima após a audiência preliminar implicará decadência do direito.
- d) Os juizados especiais criminais não são dotados de competência relativa para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, razão pela qual não se permite que essas infrações



sejam julgadas por outro juízo com *vis atractiva* para o crime de maior gravidade, pela conexão ou continência.

e) A competência do juizado especial criminal será determinada pelo lugar onde ocorreu a infração penal ou pelo domicílio da vítima, conforme a natureza da ação penal.

8) FCC - TJ TRT18/TRT 18/Administrativa/Agente de Policia Judicial/2023. Para efeito da Lei nº 9.099/1995, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a

- a) 2 anos, somente se não cumulada com multa.
- b) 3 anos, cumulada ou não com multa.
- c) 4 anos, cumulada ou não com multa.
- d) 4 anos, somente se não cumulada com multa.
- e) 2 anos, cumulada ou não com multa.

9) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE SC)/MPE SC/2023. Com base na legislação penal extravagante, julgue o item seguinte.

Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo por até quatro anos, se o acusado não for condenado por outro crime e estiverem presentes os demais requisitos da suspensão condicional da pena.

Certo

Errado

10) VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023. Considerando a hipótese em que o agente foi beneficiado com a suspensão condicional do processo pelo prazo de dois anos, com condições. Uma vez decorrido o prazo, a defesa postula a extinção da punibilidade. Entretanto, o Ministério Público pede a vinda da folha de antecedentes, que noticia a prática de crime durante o período de suspensão.

Nesse caso, o juiz



- a) deve prorrogar o prazo da suspensão.
- b) pode revogar a suspensão do processo.
- c) deve declarar a extinção da punibilidade.
- d) deve impor novas condições ao acusado.

11) FGV - Cabo (PM SP)/PM SP/2023. José foi flagrado pela autoridade policial cometendo crime de menor potencial ofensivo.

Nessa hipótese, nos termos da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que

- a) ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, se imporá prisão em flagrante.
- b) a soltura do preso em flagrante delito por crime de menor potencial ofensivo somente será possível mediante a prestação de fiança.
- c) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- d) em caso de violência doméstica, o juiz não poderá determinar, antes do trânsito em julgado da sentença, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

12) FGV - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/2023. Acerca da disciplina legal dos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos.
- b) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de liberdade ou de direitos, a ser especificada na proposta.
- c) Feita a proposta de transação penal pelo defensor do acusado, esta será submetida ao membro do Ministério Público competente, a quem caberá homologá-la.
- d) Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência.



e) A imposição da transação penal não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins de impedir novo benefício em cinco anos, mas terá efeitos civis imediatos.

13) CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023. Acerca dos crimes de resistência, desobediência e desacato, previstos no Código Penal, e dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item seguinte.

Os crimes de resistência, desobediência e desacato, em qualquer de suas modalidades, são infrações penais de menor potencial ofensivo.

Certo

Errado

14) CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023. Acerca dos crimes de resistência, desobediência e desacato, previstos no Código Penal, e dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item seguinte.

Caso um técnico administrativo incumbido de zelar pela segurança institucional do CNMP tome conhecimento da prática de infração penal de menor potencial ofensivo na sede desse órgão, ele deverá lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente ao juizado criminal, especificando o autor do fato e a vítima.

Certo

Errado

15) CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023. Acerca dos crimes de resistência, desobediência e desacato, previstos no Código Penal, e dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue o item seguinte.

Entre as medidas despenalizadoras previstas na Lei n.º 9.099/1995 para os crimes de menor potencial ofensivo, encontram-se a composição dos danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.



Certo

Errado

16) FGV - AJ (TJ RN)/TJ RN/Judiciária/Direito/2023. Tício é denunciado pelo Ministério Público, pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo, no contexto da Lei nº 9.099/1995. Recebida a denúncia, não se obtém êxito na citação do acusado, sendo certo que a resposta negativa do mandado é juntada aos autos do processo. O juiz titular do Juizado Especial Criminal verifica, ainda, a impossibilidade de o acusado ser encontrado para ser citado pessoalmente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) o juiz determinará a citação por edital do acusado, dando prosseguimento ao processo. Caso o acusado não constitua advogado, o juiz nomeará a Defensoria Pública para exercer a defesa técnica;
- b) o juiz determinará a citação por edital do acusado, suspendendo o processo, sem que haja a suspensão do prazo prescricional, até que o acusado compareça ou constitua advogado;
- c) o juiz determinará a citação por edital do acusado, suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional até que o acusado compareça ou constitua advogado;
- d) as peças existentes serão encaminhadas ao juízo comum, no âmbito do qual o processo obedecerá ao procedimento comum ordinário;
- e) as peças existentes serão encaminhadas ao juízo comum, no âmbito do qual o processo obedecerá ao procedimento comum sumário.

17) FGV - OJ (TJ RN)/TJ RN/Judiciária/Direito/2023. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Paulo, em razão da suposta prática de infração de menor potencial ofensivo, no contexto da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais). O juiz, após analisar os autos, rejeitou a denúncia. Ato contínuo, o Ministério Público demonstra contrariedade à decisão.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Ministério Público impugnará a decisão por meio de:

- a) embargos infringentes ou de nulidade;
- b) recurso em sentido estrito;



- c) recurso de apelação;
- d) recurso inominado;
- e) habeas corpus.

18) VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023. Tício foi denunciado por crime cuja pena máxima não ultrapassa dois anos de reclusão. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O processo seguirá pelo rito sumário, com a resposta à acusação apresentada em audiência, oralmente, ocasião em que se inquirirão as testemunhas de defesa, no máximo 03 (três), apresentadas no dia e independente de intimação.
- b) O processo seguirá pelo rito do juizado especial criminal e, não sendo Tício localizado, para ser pessoalmente citado, haverá remessa ao Juízo Comum, para prosseguir sob o rito sumário.
- c) O processo seguirá pelo rito sumário e, após a resposta à acusação, apresentada por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, Tício será sumariamente absolvido se comprovar ter praticado o fato em estado de necessidade.
- d) O processo seguirá pelo rito ordinário e, uma vez citado, deverá apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até 08 (oito) testemunhas.
- e) O processo seguirá pelo rito sumário e, uma vez citado, deverá apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até 05 (cinco) testemunhas.

19) CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Provimento/2023. Com base na Lei n.º 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), assinale a opção correta.

- a) Caso a suspensão do processo seja proposta pelo Ministério Público e seja aceita pelo autor, correrá a prescrição durante o prazo da referida suspensão.
- b) Em caso de flagrante delito, após a lavratura do termo circunstanciado, é cabível a prisão do autor da conduta delitiva, sendo admissível o pagamento de fiança.
- c) Se o suspeito estiver em lugar incerto ou desconhecido para que seja citado, será inviável a aplicação do rito especial previsto na Lei dos Juizados Especiais.
- d) Caso não seja alcançada a composição dos danos civis, o ofendido deverá exercer o direito de representação verbal na audiência preliminar, sob pena de decadência do direito.
- e) Em caso de crime cuja pena mínima cominada seja inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo pelo tempo equivalente ao prazo



prescricional do delito, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos autorizadores da suspensão condicional da pena.

20) CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2023. O recurso cabível pela rejeição da queixa-crime no procedimento dos juizados especiais criminais é

- a) o recurso em sentido estrito dirigido ao tribunal de justiça.
- b) a apelação dirigida à turma de recursos, composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- c) o agravo de instrumento, dirigido ao tribunal de justiça.
- d) a apelação, dirigida ao tribunal de justiça.
- e) o recurso em sentido estrito, dirigido à turma de recursos, composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

21) CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2023. Assinale a opção correta no que se refere aos crimes ambientais de menor potencial ofensivo.

- a) Não cabe a utilização de qualquer benefício previsto na Lei n.º 9.099/1995, em razão da natureza difusa do crime ambiental.
- b) O período de prova da suspensão condicional do processo não pode ser prorrogado, em hipótese alguma.
- c) Para que haja proposta de transação penal (Lei n.º 9.099/1995, art. 76), há a necessidade de prévia composição do dano ambiental, exceto no caso de comprovada impossibilidade.
- d) Aos referidos crimes aplicam-se todos os benefícios da Lei n.º 9.099/1995, sem qualquer restrição ou modificação.
- e) É admitida a concessão da suspensão condicional do processo (Lei n.º 9.099/1995, art. 89), mas, para que haja extinção da punibilidade, é necessária a comprovação da reparação do dano ambiental, não sendo suficiente laudo de constatação que comprove ter o acusado tomado as providências necessárias.



22) VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023. Na audiência preliminar do artigo 72 da Lei nº 9.099/95, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o juiz

- a) procederá à oitiva do ofendido e do acusado, nesta ordem; em seguida, determinará data para realização de audiência de instrução.
- b) esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- c) esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e, sendo esta infrutífera, abrirá vista dos autos para oferecimento de denúncia ou queixa, que sempre deve ser escrita.
- d) buscará a conciliação; sendo esta infrutífera, fixará os pontos controvertidos e decidirá sobre as provas a serem produzidas.
- e) dará a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa.

23) CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023. À luz da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta em relação aos juizados especiais criminais.

- a) Nos juizados especiais criminais, a pronúncia de nulidade prescinde da existência de prejuízo.
- b) O juizado especial criminal, provido exclusivamente por juízes togados, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- c) Nos termos da referida lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, cumulada ou não com multa, são considerados infrações penais de menor potencial ofensivo.
- d) O processo perante o juizado especial será orientado pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando-se, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.
- e) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, deverão ser observados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

24) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca XYZ proferiu sentença condenatória em face de Tício. Logo após assinar a sentença e inseri-la nos sistemas informatizados do Tribunal, o magistrado verifica a ocorrência de erro material e de



omissão no pronunciamento jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) o juiz não pode, de ofício, corrigir o erro material, em razão da inércia judicante;
- b) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso;
- c) a parte interessada poderá opor, por escrito, recurso inominado, no prazo de três dias, contados da ciência da decisão;
- d) a parte interessada poderá opor, por escrito, embargos de declaração, no prazo de três dias, contados da ciência da decisão;
- e) a parte interessada poderá opor, por escrito ou oralmente, embargos de declaração, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

25) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. Guilherme foi processado pela prática do crime de calúnia simples (pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa), por três vezes, em concurso material.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Guilherme:

- a) faz jus à suspensão condicional do processo, porquanto a pena mínima cominada ao delito, isoladamente, não ultrapassa o limite de um ano, não se computando os acréscimos decorrentes do concurso de crimes;
- b) faz jus à transação penal, porquanto a pena mínima cominada ao delito, isoladamente, não ultrapassa o limite de um ano, não se computando os acréscimos decorrentes do concurso de crimes;
- c) faz jus à transação penal e à suspensão condicional do processo, cuja escolha caberá ao Ministério Público, a partir de sua discricionariedade regrada;
- d) não faz jus à suspensão condicional do processo, porquanto, em razão do cúmulo material, a pena mínima ultrapassa o limite de um ano;
- e) não faz jus à transação penal, porquanto, em razão do cúmulo material, a pena mínima ultrapassa o limite de um ano.

26) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial Criminal, ofereceu denúncia oral em face de Tício, pela suposta prática do delito de lesão



corporal leve, demonstrando a materialidade do crime por intermédio de boletim médico. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que a denúncia:

- a) poderá ser recebida pelo juízo, ante a observância das formalidades legais. Após o recebimento da denúncia, o juiz designará data para a audiência de instrução e julgamento;
- b) deverá ser rejeitada pelo juízo, podendo o Ministério Público, se entender pertinente, interpor o recurso em sentido estrito em face da decisão;
- c) deverá ser rejeitada pelo juízo, considerando a imprescindibilidade do exame do corpo de delito para atestar a materialidade delitiva;
- d) poderá ser recebida pelo juízo, após o oferecimento de resposta à acusação, em audiência, pela defesa técnica;
- e) deverá ser rejeitada pelo juízo, considerando a necessidade de a peça acusatória ser confeccionada por escrito.

27) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público ofereceu transação penal em benefício de Tício, suposto autor de fato delituoso. Consta, dos autos, que Tício, em outro processo, foi condenado pela prática de roubo, sem trânsito em julgado. Verifica-se, ainda, que Tício se beneficiou da transação penal há seis anos. Não há informações sobre a conduta social e a personalidade do agente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Ministério Público:

- a) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando que este responde pela prática de crime;
- b) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando a inexistência de informações sobre a sua personalidade e conduta social;
- c) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando que este já foi agraciado, anteriormente, pelo instituto despenalizador;
- d) poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício. Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada, apenas, para impedir o mesmo benefício no prazo legal;
- e) poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício. Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou



multa, que não importará em reincidência, mas constará de certidão de antecedentes criminais à guisa de maus antecedentes.

28) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. João, no interior do Município XYZ, verifica que seu desafeto se encontra metros à sua frente, já no Município ABC, considerando que os fatos ocorreram na divisa das municipalidades. João lança uma pedra na direção do seu inimigo, gerando nele lesões corporais de natureza leve.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, a competência para o processo e julgamento da infração penal será do Juizado Especial Criminal do:

- a) Município XYZ e do Município ABC, à luz da teoria da ubiquidade;
- b) Município ABC, à luz da teoria do resultado;
- c) Município XYZ, à luz da teoria da atividade;
- d) Município XYZ, à luz da teoria do resultado;
- e) Município ABC, à luz da teoria da atividade.

29) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. Após a observância do procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995, o acusado Petrônio foi condenado pela prática de infração penal de menor potencial ofensivo. Irresignada, a defesa técnica decide recorrer do pronunciamento jurisdicional. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, caberá a interposição de:

- a) recurso de apelação, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- b) recurso inominado, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- c) recurso de apelação, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- d) recurso de apelação, no prazo de dez dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- e) recurso inominado, no prazo de dez dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.



30) FGV - Conc (TJ BA)/TJ BA/2023. O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca XYZ, em razão da elevada quantidade de procedimentos em andamento, designou audiência de instrução e julgamento para uma sexta-feira, às 21 horas e 30 minutos, valendo-se das normas de organização judiciária do Estado Alfa. O juiz, na audiência, determinou a gravação audiovisual, com o registro escrito, exclusivamente, dos atos havidos por essenciais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, o juiz atuou de forma:

a) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;

b) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;

c) inadequada, considerando que é necessário o registro escrito de todos os atos ocorridos em audiência, sem prejuízo da gravação audiovisual concomitante. Por outro lado, os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária;

d) inadequada, considerando que os atos processuais devem ter início até as 18 horas. Por outro lado, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;

e) inadequada, considerando que os atos processuais devem ter início até as 18 horas. Ademais, é necessário o registro escrito de todos os atos ocorridos em audiência, sem prejuízo da gravação audiovisual concomitante.

31) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, caso Tício não seja encontrado para ser citado, o juiz:

a) suspenderá o processo até que o acusado seja localizado, em razão da incompatibilidade da citação por edital com o procedimento do Juizado Especial Criminal;

b) extinguirá o processo sem resolução do mérito, em razão da incompatibilidade da citação por edital com o procedimento do Juizado Especial Criminal;

c) determinará que o Ministério Público diligencie novos endereços, antes de determinar a citação por edital;



- d) encaminhará as peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei;
- e) determinará a citação por hora certa.

32) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. Petrônio praticou infração penal de menor potencial ofensivo em detrimento de Joana, sendo certo que autor e vítima foram encaminhados à presença da autoridade policial.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) se Petrônio, após a lavratura do inquérito policial, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança;
- b) se Petrônio, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer no prazo de 24 horas, não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança;
- c) a autoridade policial lavrará inquérito policial e o encaminhará no prazo de 24 horas ao Juizado, com Petrônio e Joana;
- d) a autoridade policial lavrará inquérito policial e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com Petrônio e Joana;
- e) a autoridade policial lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com Petrônio e Joana.

33) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. João é investigado pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo.

Ao tomar ciência dos fatos e, em se tratando de crime perseguível mediante ação penal pública incondicionada, o Ministério Público ofereceu denúncia, sem propor, previamente, a transação penal em benefício de João.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) o Ministério Público agiu corretamente ao não oferecer a transação penal, porquanto o referido instituto despenalizador é aplicável, apenas, na ação penal pública condicionada à representação do ofendido e na ação penal de iniciativa privada;
- b) o oferecimento de transação penal ao suposto autor do fato é faculdade do Ministério Público, motivo pelo qual não há qualquer nulidade no caso concreto;



- c) o oferecimento de transação penal pelo Ministério Público é direito subjetivo do suposto autor do fato, motivo pelo qual há nulidade no caso concreto;
- d) o juiz, na inércia do Ministério Público, poderá oferecer a transação penal em benefício do suposto autor do fato;
- e) a transação penal poderá ser proposta até o final da instrução processual.

34) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. Jonas praticou o crime de lesão corporal leve em detrimento de Carlos. Na data designada, autor e vítima compareceram à sede do Juizado Especial Criminal, objetivando a realização de audiência preliminar e a composição civil dos danos.

Registre-se que o crime de lesão corporal leve é perseguível mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) a composição dos danos civis será registrada em meio audiovisual e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente;
- b) não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo;
- c) não obtida a composição dos danos civis, o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica a decadência do direito;
- d) na presença das partes e de seus advogados, o conciliador esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos;
- e) a homologação do acordo acarreta a desistência do direito de representação.

35) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público denunciou Jônatas pela suposta prática de infração de menor potencial ofensivo.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre a audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar que, havendo o recebimento da denúncia:

- a) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa. Encerrada a audiência, o juiz concederá o prazo sucessivo de cinco dias para que as partes apresentem alegações finais, findo o qual haverá a prolação de sentença no prazo de dez dias;
- b) serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais. Encerrada a audiência, o juiz prolatará a sentença no prazo de dez dias;



- c) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais. Encerrada a audiência, o juiz prolatará a sentença no prazo de dez dias;
- d) serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença;
- e) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

36) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. João praticou infração de menor potencial ofensivo em detrimento de Matheus. Após a observância de todas as formalidades legais, houve a composição civil de danos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre despesas processuais, é correto afirmar que:

- a) não haverá despesas processuais, por se tratar de relação processual sujeita ao Juizado Especial Criminal;
- b) as despesas processuais serão reduzidas em até 50%, conforme dispuser lei estadual;
- c) as despesas processuais serão rateadas proporcionalmente por João e Matheus;
- d) não haverá despesas processuais, em razão da composição civil de danos;
- e) as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual.

37) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. O Ministério Público ofereceu ao acusado Tício a suspensão condicional do processo. O juiz, após receber a denúncia, suspendeu o processo e submeteu o acusado a período de prova, sob determinadas condições.

Nesse cenário, é correto afirmar que o juiz pode submeter Tício, durante o período de prova, à seguinte condição, expressamente prevista na Lei nº 9.099/1995:

- a) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, bimestralmente, para informar e justificar suas atividades;
- b) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz, por prazo superior a quinze dias;
- c) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;



- d) proibição de frequentar bares e casas de festa;
- e) monitoração eletrônica.

38) FGV - JL (TJ BA)/TJ BA/2023. João, reincidente, é investigado pela suposta prática de infração penal, cujo preceito secundário prevê a pena de detenção, de seis meses a dois anos e multa. No caso concreto incide, ainda, uma causa de aumento de pena, que dá azo à majoração das sanções de um sexto a um terço.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, a competência para o processo e julgamento do feito:

- a) é do Juizado Especial Criminal, considerando que os crimes punidos com detenção são caracterizados como infrações penais de menor potencial ofensivo, mesmo que a pena máxima seja superior a dois anos;
- b) não é do Juizado Especial Criminal, considerando que, em razão da incidência da causa de aumento de pena, não se está diante de infração penal de menor potencial ofensivo;
- c) não é do Juizado Especial Criminal, considerando que, em razão da incidência da pena de multa cumulativa, não se está diante de infração penal de menor potencial ofensivo;
- d) é do Juizado Especial Criminal, considerando que o preceito secundário da infração penal prevê uma pena máxima não superior a dois anos, cumulada com multa;
- e) não é do Juizado Especial Criminal, em razão da reincidência de João.

39) CEBRASPE (CESPE) - Of (PM SC)/PM SC/2023. Com base na Lei dos Juizados Especiais Criminais - Lei n.º 9.099/1995 -, assinale a opção que corresponde ao recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia ou a queixa.

- a) apelação
- b) recurso em sentido estrito
- c) embargos de declaração
- d) mandado de segurança
- e) agravo

40) FGV - JS (TJ ES)/TJ ES/2023. Relativamente aos institutos consensuais da transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:



- a) poderá o Ministério Público oferecer transação penal para as infrações penais praticadas sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja igual a quatro anos;
- b) poderá o juiz oferecer de ofício a suspensão condicional do processo ao acusado, se não o fizer o Ministério Público de maneira fundamentada;
- c) poderá o juiz oferecer de ofício a transação penal ao autor do fato, se não o fizer o Ministério Público de maneira fundamentada;
- d) poderá o Ministério Público utilizar como justificativa para o não oferecimento de suspensão condicional do processo o descumprimento do acordo de não persecução penal;
- e) poderá o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal, em favor do agressor, nos crimes praticados com violência contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

41) VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2023. É de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.099/95, a seguinte hipotética infração penal:

- a) crime doloso, com pena de 1 ano a 2 anos e multa.
- b) crime culposo, com pena de 2 anos a 4 anos.
- c) crime culposo, com pena de 1 ano a 3 anos e multa.
- d) crime doloso, com pena de 1 ano a 3 anos.
- e) crime doloso, com pena de 6 meses a 3 anos e multa.

42) VUNESP - CFO/QC (EsFCEEx)/EsFCEEx/Direito/2023. No que concerne à aplicabilidade da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências aos crimes militares, é correto afirmar que:

- a) todas as disposições dessa Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar.
- b) consideram-se crimes militares de menor potencial ofensivo todos aqueles a que lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos.
- c) em razão dessa Lei, atualmente, existem contravenções penais militares de menor potencial ofensivo.
- d) consideram-se crimes militares de menor potencial ofensivo todos aqueles a que lei comine pena não privativa de liberdade.
- e) o crime militar de lesão corporal é de ação penal pública condicionada, exigindo-se representação.



43) FGV - JE TJGO/TJ GO/2023. Jaime figura como autor do fato do crime de lesão corporal leve praticado em face de Fernando, em feito que tramita junto ao Juizado Especial Criminal. Nessa hipótese, no tocante à fase preliminar e ao procedimento sumaríssimo no Juizado Especial Criminal, é correto afirmar que:

- a) o acordo de composição civil dos danos homologado não acarreta a renúncia ao direito de representação por parte de Fernando;
- b) o não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito por parte de Fernando, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei;
- c) o Ministério Público poderá propor a Jaime acordo de não persecução penal se este já não houver sido beneficiado nos últimos cinco anos;
- d) o juiz, recebendo a denúncia, poderá de ofício oferecer a suspensão condicional do processo a Jaime, se não o fizer o Ministério Público;
- e) a decisão de rejeição da denúncia desafiará o recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

44) STJ – Analista Judiciário – 2012 – Cespe.

Podem ser autores nos juizados especiais federais pessoas físicas capazes, assim como pessoas jurídicas devidamente qualificadas, microempresas e empresas de pequeno porte.

45) TJ-PE – Juiz de Direito – 2013 – FCC.

No tocante à transação penal, INCORRETO afirmar que

- a) incabível a proposta no caso de ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, ainda que não definitiva a sentença.
- b) a imposição da sanção não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo registro para impedir nova concessão do benefício no prazo de cinco anos.
- c) incabível a proposta no caso de o agente ter sido beneficiado anteriormente nos mesmos moldes, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva.
- d) a imposição da sanção não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.
- e) a aplicação de pena restritiva de direitos não importará em reincidência.



- 46) TJ-RN – Titular de Serviços de Notas e de Registros – 2012 – IESES (adaptada).
A competência do juizado especial criminal é absoluta, não comportando exceções.
- 47) TJ-RN – Titular de Serviços de Notas e de Registros – 2012 – IESES (adaptada).
Aplicar-se-á o procedimento sumaríssimo para as infrações penais de menor potencial ofensivo tipificadas na Lei 9.099/95.
- 48) TJ-PA - Titular de Serviços de Notas e de Registros -Provimento – 2016 – IESES.
Levando em conta as disposições da lei 9.099/95, no que diz respeito aos juzados especiais criminais, é correto afirmar:
- a) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão, e quando opostos contra sentença, interromperão o prazo para o recurso.
 - b) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
 - c) A suspensão condicional do processo será revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
 - d) A competência do juizado será determinada pelo lugar do resultado da infração penal.
- 49) MPE-SP - Oficial de Promotoria I – 2016 – VUNESP.
Pela regra do art. 61 da Lei no 9.099/95, assinale a alternativa que traz pena que corresponde à infração penal de menor potencial ofensivo.
- a) Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa
 - b) Reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.
 - c) Detenção de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos.
 - d) Detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos.
 - e) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- 50) PC-PE - Delegado de Polícia – 2016 – Cespe.



Godofredo tem a obrigação legal de cuidar de determinado idoso, mas o abandonou em um hospital — conduta prevista no art. 98, do Estatuto do Idoso, com pena de detenção de seis meses a três anos e multa. Paulo negou trabalho a um idoso, com a justificativa de que o pretendente ao emprego encontrava-se em idade avançada — conduta enquadrada no art. 100, II, do Estatuto do Idoso, com pena de reclusão de seis meses a um ano e multa.

Nessas situações, as medidas despenalizadoras, previstas na Lei n.º 9.099/1995 (lei dos juizados especiais),

- a) poderão beneficiar ambos os acusados, desde que haja anuência das vítimas.
- b) poderão beneficiar Paulo, com a transação penal, ao passo que Godofredo, com a suspensão condicional do processo.
- c) não poderão beneficiar Godofredo nem Paulo.
- d) poderão beneficiar apenas Godofredo.
- e) poderão beneficiar apenas Paulo.

51) PRF – Agente – 2013 – Cespe.

Os atos processuais dos juizados especiais criminais poderão ser realizados nos finais de semana, à exceção dos domingos e feriados.

52) TJ-AC – Técnico Judiciário – 2012 – Cespe.

Em caso de suspensão condicional do processo, ao juiz é autorizado impor condições a que a suspensão ficará subordinada, inclusive medidas cautelares previstas no CPP, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

53) PC-GO – Agente de Polícia – 2016 – Cespe.

Uma pessoa denunciada por crime para o qual a pena mínima é igual a um ano recebeu e aceitou uma proposta do MP prevista na Lei n.º 9.099/1995. Nesse caso, a proposta em questão caracteriza-se como uma

- a) suspensão condicional da pena, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser condenada definitivamente por outro crime.
- b) transação penal, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- c) transação penal, caso o crime cometido seja de menor potencial ofensivo.
- d) suspensão condicional da pena, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.



e) suspensão condicional do processo, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser processada por contravenção penal no curso do prazo.

54) PC-GO - Agente de Polícia – 2016 – Cespe.

De acordo com os termos da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, na situação em que um indivíduo tenha sido preso em flagrante por ter cometido furto simples — cuja pena prevista é de reclusão, de um a quatro anos, e multa —, o MP, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, estando presentes os demais requisitos que autorizem a suspensão condicional da pena, previstos em artigo do CP. Nesse caso,

a) o MP poderá propor a suspensão do processo ainda que o réu tenha sido condenado por outro crime na semana anterior à do cometimento do furto.

b) se o juiz deferir a suspensão do processo, o prazo da prescrição penal do crime correrá durante o curso do prazo da suspensão.

c) se for deferida a suspensão do processo, a autoridade judiciária deverá declarar extinta a punibilidade depois de expirado o prazo, sem revogação da suspensão.

d) se o juiz deferir a suspensão do processo, esta será mantida ainda que no seu curso o indivíduo venha a ser processado por contravenção penal.

e) a decisão do juiz, pelo deferimento da suspensão do processo, independerá da aceitação do acusado.



GABARITO

GABARITO



- | | | | |
|-----|--------|-----|---------|
| 1. | E | 28. | C |
| 2. | E | 29. | D |
| 3. | A | 30. | A |
| 4. | D | 31. | D |
| 5. | A | 32. | E |
| 6. | E | 33. | E |
| 7. | B | 34. | B |
| 8. | E | 35. | D |
| 9. | ERRADO | 36. | E |
| 10. | B | 37. | C |
| 11. | C | 38. | B |
| 12. | D | 39. | A |
| 13. | ERRADO | 40. | D |
| 14. | ERRADO | 41. | A |
| 15. | CERTO | 42. | A |
| 16. | E | 43. | B |
| 17. | C | 44. | ANULADA |
| 18. | B | 45. | A |
| 19. | C | 46. | ERRADO |
| 20. | B | 47. | ERRADO |
| 21. | C | 48. | B |
| 22. | B | 49. | A |
| 23. | E | 50. | B |
| 24. | E | 51. | ERRADO |
| 25. | D | 52. | ERRADO |
| 26. | D | 53. | E |
| 27. | D | 54. | C |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.